

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Natalia Miranda Reciolino

“UM LUGAR SEM GENTE NÃO EXISTE”:
INICIATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS EM COMUNIDADES DO
QUADRILÁTERO FERRÍFERO E AQUÍFERO DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte

2019

NATALIA MIRANDA RECIOLINO

**“UM LUGAR SEM GENTE NÃO EXISTE”:
Iniciativas contra-hegemônicas em comunidades do
Quadrilátero Ferrífero e Aquífero de Minas Gerais**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski

BELO HORIZONTE

2019

NATALIA MIRANDA RECIOLINO

**“UM LUGAR SEM GENTE NÃO EXISTE”:
Iniciativas contra-hegemônicas em comunidades do
Quadrilátero Ferrífero e Aquífero de Minas Gerais**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski
Orientador

Prof.^a Dr.^a. Raquel Oliveira Santos Teixeira
Examinadora

Dedico este trabalho a todas as formas de resistência sociocultural e política ao modelo econômico vigente, e em especial aos atingidos pelos desastres de mineração em Mariana e Brumadinho.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida esse trabalho só é possível com a partilha e o apoio de diversas pessoas que passaram pela minha formação acadêmica e das que fazem parte da minha vida pessoal.

Agradeço à minha família, meus pais (Marília Miranda e Neivaldo Reciolino), meu irmão (Rafael Reciolino), minhas avós (Maria Amélia e Maria Geralda) e aos meus tios e primos, por apoiarem meus sonhos e ambições, por me incentivarem durante a caminhada acadêmica e por serem a minha base, sem os quais eu não teria os valores que me fizeram trilhar o caminho das Ciências Socioambientais e das lutas sociais.

Ao meu companheiro, César Cordeiro, pela escuta, pelo diálogo, pelo companheirismo, pelo incentivo, pelo carinho, e por estar ao meu lado compartilhando os sonhos e lutas, as alegrias e as tristezas, e o amor.

Sou extremamente grata por fazer uma graduação em uma das mais renomadas universidades públicas do país e, apesar dos vários problemas que a vida acadêmica pode ter, só tenho a agradecer a instituição UFMG e aos seus gestores, por me propiciar tantas vivências e aprendizados, que, sem dúvida, contribuíram para as reflexões contidas nessa monografia. Em especial, quero destacar a importância da Formação Transversal em Saberes Tradicionais, que permite a interlocução com outros modos de vida, de saber e de fazer.

A minha eterna gratidão pelos encontros com as mestras e mestres dos Saberes Tradicionais e Populares, em especial, para *Mametu* Muiandê (Mãe Efigênia Maria da Conceição) e *Makota* Kioiale (Cássia Cristina) do quilombo urbano *Manzo Ngunzo Kaiango*, Iyanifa Ifadara (Nylsia Lourdes dos Santos) liderança Yorubá, Pai Ricardo de Moura – zelador da Casa de Caridade Pai Ricardo do Oriente, e Pedrina Lourdes dos Santos liderança do Reinado em Oliveira/MG.

Quero agradecer aos meus colegas de curso da sexta turma de Ciências Socioambientais, em especial à Izabella, Antônio, André e Aline, pelas trocas em sala, além do companheirismo nas dificuldades e alegrias da caminhada acadêmica.

Aos colegas e professores com quem compartilhei a experiência da Extensão Universitária por meio do projeto “Travessias e saberes, o des-cobrimento do lugar

(André do Mato Dentro): Uma experiência através da formação em extensão”, sendo essa minha primeira experiência prática fora das atividades de sala de aula. Agradeço de forma especial a professora Janise Bruno Dias, que coordenou essa iniciativa e possibilitou minha imersão na comunidade de André do Mato Dentro.

Agradeço também aos meus colegas do GESTA, Duda, Rafa, Jéssica, Aline, Mayara, Kelly, Bia, Maryellen, Ilklyn, Matheus, Tales e Naender, pelas trocas e aprendizados na Iniciação Científica envolvendo os conflitos ambientais.

Às professoras e coordenadoras do GESTA, Ándrea Zhouri, Raquel Oliveira e Ana Flávia, pelos diálogos, trocas e aprendizados, e pela inspiração na postura acadêmica crítica e extremamente qualificada. De forma especial, agradeço ao professor Klemens Laschefski, meu orientador e coordenador do projeto de IC que iniciou as reflexões contidas nessa monografia, pela dedicação, pelo aprendizado e pela oportunidade de me empenhar na pesquisa acadêmica crítica, contestatória e engajada na promoção de “*Justiça Ambiental*”.

Agradeço profundamente a comunidade de André do Mato Dentro, por abrir as portas para a universidade, por permitir as trocas e ações que construímos juntos, e por proporcionar tamanho aprendizado e afeto, nas prozas, na comida, na recepção e no acolhimento. André é um lugar mágico e eu sou muito grata por conhecer e estabelecer laços de afeto com a comunidade. Muito obrigada a Jojo, Dona Nenega, Seu Zé Ico, Seu Cizinio, Dona Alice, Glorinha, Pedro, Seu Gentil, e tantos outros moradores de André que afetuosamente trocaram experiências e me receberam em sua comunidade.

Agradeço também as comunidades de Casa Branca, São Sebastião das Águas Claras e Barão de Cocais, pelo diálogo e trocas através dos representantes e movimentos sociais com quem consegui conversar e estabelecer ações no âmbito da análise dos conflitos ambientais de suas comunidades.

De forma especial, agradeço a querida Maria Teresa Corujo, por sua dedicação, pelo seu comprometimento, pelas trocas e aprendizados. Agradeço, como cidadã mineira e como pesquisadora, a sua atuação incansável na pauta ambiental.

Por fim, agradeço aos ambientalistas e movimentos sociais com os quais compartilhei audiências, eventos e atos, mas não tive tanta afinidade e oportunidade de diálogo, pelo aprendizado prático. Sigamos na luta!

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise sobre a noção de “minério dependência” a partir dos conflitos territoriais em torno do uso e acesso aos elementos naturais, presentes em diversas localidades do Quadrilátero Ferrífero e Aquífero de Minas Gerais, considerando a relevância socioambiental das iniciativas socioculturais contra-hegemônicas das comunidades locais. A partir de experiências de campo, da construção do diálogo com as comunidades em análise e do acompanhamento dos processos legislativos em torno da pauta socioambiental, é possível apresentar um cenário de governança ambiental orientado para o beneficiamento das iniciativas econômicas em detrimento das atividades tradicionais, populares e contra-hegemônicas desenvolvidas pelas comunidades rurais, o que propicia tensões ligadas ao usufruto e acesso aos recursos naturais nessas localidades. A presença dessas comunidades e o impulsionamento das suas alternativas socioeconômicas se apresentam como formas de resistência às atividades predatórias nessas regiões e de defesa da abundância de recursos naturais ali presentes, em especial das reservas aquíferas que abastecem toda a RMBH.

Palavras-chave: Governança Ambiental; Quadrilátero Ferrífero e Aquífero; Conflitos Ambientais Territoriais; Formas de resistência

ABSTRACT

The present work analyzes the notion of “ore dependence” from the territorial conflicts around the use and access to the natural elements, present in several localities of the Minas Gerais Ferriferous and Aquifer Quadrilateral, considering the socio-environmental relevance of the socio-cultural initiatives against hegemonic communities. Based on field experiences, the construction of dialogue with the communities under analysis and the monitoring of legislative processes around the socio-environmental agenda, it is possible to present a scenario of environmental governance oriented to the benefit of economic initiatives to the detriment of traditional, popular activities. and counter-hegemonic developed by rural communities, which provides tensions linked to usufruct and access to natural resources in these locations. The presence of these communities and the boosting of their socioeconomic alternatives are presented as forms of resistance to predatory activities in these regions and of defense of the abundance of natural resources present there, especially the aquifer reserves that supply the entire RMBH.

Key-words: Environmental Governance; Quadrilátero Ferrífero and Aquifer; Territorial Environmental Conflicts; Forms of resistance

LISTA DE ABREVIATURAS

ALMG – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

ANM – Agência Nacional de Mineração

CMI – Câmara de Atividades Minerárias do COPAM

COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IGC – Instituto de Geociências

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MG – Estado de Minas Gerais

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

PESRM – Parque Estadual da Serra do Rola Moça

PFA – Polícia Federal Ambiental

QFA – Quadrilátero Ferrífero e Aquífero

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SUPRAMs – Superintendências de Meio Ambiente

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	30
FIGURA 2	37
FIGURA 3	56

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1	31
FOTOGRAFIA 2	39
FOTOGRAFIA 3	39
FOTOGRAFIA 4	41
FOTOGRAFIA 5	42
FOTOGRAFIA 6	43
FOTOGRAFIA 7	45
FOTOGRAFIA 8	52
FOTOGRAFIA 9	52
FOTOGRAFIA 10	53
FOTOGRAFIA 11	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Um Lugar Sem Gente Não Existe	21
1. CAPÍTULO I – OS ELEMENTOS NATURAIS DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO E AS DISPUTAS TERRITORIAIS	28
1.1 Experiência em André do Mato Dentro/MG e o Parque Nacional da Serra do Gandarela	31
1.2 O Parque Estadual Serra do Rola Moça e A Comunidade de Casa Branca	44
1.3 Outras Experiências	49
2. CAPÍTULO II – A GOVERNANÇA AMBIENTAL	58
2.1 O Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)	59
2.2 O Conselho Consultivo do PESRM	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

INTRODUÇÃO

A divisão internacional do trabalho permite a classificação dos países em dois polos (GALEANO, 1981), aqueles que importam matéria-prima e exportam bens e serviços, e outros que exportam seus recursos e importam produtos.

Desde o período colonial, a América Latina se caracteriza como um território de exploração, no qual há a desvalorização (MONTIBELLER, 2004) dos elementos naturais para comercialização internacional, profunda apropriação da mão de obra, servindo a esse mercado, e a concentração de capital em centros de poder (GALEANO, 1981) distantes das localidades de extração, como também aponta Svampa(2010):

(...) el paradigma extractivista cuenta con una larga y oscura historia en América Latina, marcada por la constitución de enclaves coloniales, altamente destructivos de las economías locales y directamente relacionado con la esclavización y el empobrecimiento de las poblaciones.(SVAMPA, 2010, p. 15)

Ao mesmo tempo, a América Latina se tornou um espaço de investimento estrangeiro, controlado pela aplicação de capital internacional em atividades extrativistas (mineração, exploração de petróleo, agronegócio, extrativismo vegetal entre outros), através da exploração de *commodities*, limitando as economias locais ao setor primário (SVAMPA, 2010; GUDYNAS, 2015).

Essa lógica se manteve ao longo do tempo e foi intensificada pelas políticas governamentais da segunda metade do século XX (décadas de 1980 e 1990) e no século XXI, quando após as ondas de industrialização (1930-1980), os governos dos países latino-americanos, através de políticas e acordos, favoreceram a implantação e desenvolvimento de atividades extrativistas em seus territórios, e também a expansão de polos industriais (NIEDERLE *et al*, 2016).

A postura governamental de favorecimento de mercados no primeiro setor da economia é reflexo do entranhamento de noções coloniais nas sociedades latino-americanas, que se desenvolveram política e socialmente atreladas às economias imperialistas dos centros de acumulação mundial (BECKER; EGLER, 1998).

Somado a isso, emergem questões socioambientais quanto a expansão territorial das atividades econômicas, ao englobamento da população a essas atividades e a distribuição socioespacial dos danos. Essencialmente, essa noção de desenvolvimento econômico fundada na divisão internacional do trabalho é desigual provocando diferentes impactos nas localidades (GALEANO, 1981; MONTIBELLER, 2004).

Observa-se, assim, a sinergia de “efeitos derrames”(GUDYNAS, 2015), impulsionados pela defesa de um modelo de desenvolvimento socioeconômico, sobre os territórios e suas populações, desconsiderando a diversidade sociocultural presente nessas regiões.

Concomitantemente, há um acervo histórico, arqueológico e antropológico que se constituiu nessas mesmas áreas, uma vez que esses centros atraíram uma grande quantidade de pessoas e possibilitaram eventos sociopolítico e econômicos importantes na história dos países latino-americanos, a exemplo da relevância histórica, política e cultural de importantes cidades mineradoras por todo o continente americano (GALEANO, 1981).

Assim, se faz necessário repensar o papel da América Latina como um território diverso, no qual convivem diferentes modos de vida e realidades socioculturais, que de maneiras peculiares se relacionam com o modelo socioeconômico hegemônico, como apontam Becker e Egler(1998):

É nesse sentido que a tarefa de repensar a História da América Latina tem avançado nos últimos anos. Sua História não pode ser descrita como um estágio atrasado de desenvolvimento, nem como mera extensão das metrópoles imperialistas, mas sim como parte integrante, inseparável e específica do capitalismo.(BECKER; EGLER, 1998, p. 30)

Especificamente, no Brasil ocorreram sucessivos ciclos econômicos relacionados aos investimentos estrangeiros (ACSELRAD; BEZERRA, 2010) para atender o mercado internacional, a exemplo dos ciclos do café, da cana-de-açúcar, da borracha, do ouro, e mais recentemente da soja e outros bens agrícolas, ocupando diferentes localidades do país.

Na atualidade, espalham-se, pelo território nacional, iniciativas econômicas plurais relacionadas ao agronegócio, a mineração, a exploração petrolífera e a plantação de eucalipto para diversificados fins, e que também correspondem a anseios mercantis internacionais (BECKER; EGLER, 1998).

Uma das centralidades extrativistas brasileiras é a região do Quadrilátero Ferrífero e Aquífero (QFA) de Minas Gerais. Essa localidade concentra importantes atividades econômicas, com predomínio da mineração historicamente atuante em municípios da região, como Mariana, Ouro Preto, Itabirito, Nova Lima, Brumadinho, Moeda, Barão de Cocais, Santa Bárbara, entre outros.

Concomitantemente, é possível encontrar outros modos de vida e alternativas econômicas ao modelo extrativista predominante. Existem comunidades rurais espalhadas pelo Quadrilátero, a exemplo dos grupos analisados nessa monografia, que praticam agricultura familiar e iniciativas agroecológicas, turismo ecológico, produção artesanal, o empreendedorismo local, entre outras (PALHA, 2019), se relacionando com a abundância de elementos naturais presentes, que são constantemente ameaçados por megaempreendimentos.

Além disso, essa unidade geológica abriga importantes reservas de biodiversidade protegidas por aparatos governamentais, como as Unidades de Conservação (UC), e outros espaços protegidos, a exemplo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Esses mecanismos reforçam a importância dos recursos dessa região e a necessidade de sua preservação. Nesse trabalho, serão tratadas especificamente duas UCs, o Parque Estadual da Serra do Rola Moça – PESRM e o Parque Nacional da Serra do Gandarela, além de casos espalhados por esse território.

Essas UCs são elementos integrantes da APA-Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que foi criada em 1994 com o intuito de promover a proteção das reservas aquíferas dessa região, uma vez que o Quadrilátero se caracteriza como uma formação hidrogeológica (LAZARIM; LOUREIRO, 2000).

O aspecto hídrico é um dilema chave, uma vez que existe uma relação entre a geologia dessa região e a formação das reservas aquíferas, ou seja, as mesmas formações rochosas que possibilitam a exploração do mineral, contendo minerais ferruginosos de alta relevância econômica, também são responsáveis pela estrutura

geológica dos aquíferos (LAZARIM; LOUREIRO, 2000) que abastecem não apenas a população local, mas toda a RMBH, com seus mais de 3 milhões de habitantes (considerando que apenas a capital possui mais de 2 milhões de habitantes, de acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. Acessado em: 29/04/2019).

É a partir desse panorama que a presente monografia pretende compreender a construção sociopolítica da noção de “minério dependência”, e os conflitos ambientais territoriais em torno do uso e acesso aos elementos naturais das localidades em análise. O interesse principal é a relevância socioambiental das iniciativas socioculturais contra-hegemônicas das comunidades locais, que em meio a “conflitos ambientais territoriais” se organizam em torno da reivindicação por Justiça Ambiental (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; ACSELRAD, 2002).

Nos atuais esquemas de governança ambiental, sobre tudo em torno dos processos de licenciamento ambiental, fica evidente a desproporcionalidade de forças entre os empreendedores, que detêm todo um aparato técnico, jurídico e econômico a sua disposição, e as comunidades, cujo conhecimento tradicional de suas práticas (agricultura, pesca, culinária, criação de animais, etc.), está sendo frequentemente desqualificado pelo discurso tecnicista. Diante desse panorama, as comunidades muitas vezes necessitam se organizar para conseguirem reivindicar seus direitos e denunciar essa lógica injusta (LASCHEFSKI, 2014; ZHOURI, 2008).

No âmbito dos procedimentos decisórios na gestão ambiental observa-se que a interpretação da Constituição brasileira e das leis estaduais e municipais, das normas infraconstitucionais, dentre outras escalas jurídicas, somada a atuação das instâncias de poder (legislativo, executivo e judiciário), torna a interpretação e execução desses mecanismos um ponto crítico (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019).

O aparato político-jurídico, determinante para a garantia do bem-estar e da qualidade de vida dessas populações, é composto por uma série de órgãos, com atuações específicas. O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM que é o órgão deliberativo para as normas ambientais estatais e para a concessão das licenças ambientais. A FEAM (no nível estadual) e as Superintendências de Meio Ambiente – SUPRAMs (nos mesorregiões do Estado de Minas Gerais) avaliam a

qualidade técnica e jurídica dos estudos ambientais obrigatórios sobre os empreendimentos em fase do licenciamento ambiental. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, a Polícia Federal Ambiental – PFA, (nível federal), e o Instituto Estadual de Florestas – IEF (no nível estadual) são responsáveis para a gestão e fiscalização de áreas protegidas. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN conduz a gestão de patrimônio cultural, artístico e natural. E os Ministérios Públicos Estadual e Federal – MPE e MPF são as instituições acionados pela população a partir de denúncias com o intuito de exercer controle social sobre os órgãos listados anteriormente.

Especificamente em relação as UCs, pode-se afirmar que esse aparato institucional de gestão territorial foi criado com uma intenção preservacionista respaldada por um ideal de conservação baseada numa visão da “natureza intocada”, ou seja, sem interferência da atuação humana (DIEGUES, 2001).

Após anos de discussão e manifestação de importantes atores ambientalistas, impulsionadas principalmente na década de 1980 (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) passou a englobar categorias como Reservas Extrativistas – RESEX, Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Áreas de Proteção Ambiental – APAs, em que se procura estimular atividades humanas em harmonia com a natureza.

Porém, na prática, um dilema que perpassa essas unidades é a presença de atividades econômicas de alto impacto socioambiental dentro de suas delimitações territoriais, ameaçando a concretização do ideal de preservação da sociobiodiversidade.

É nesse contexto em que se encontram as duas áreas que analisamos nessa monografia, que detêm extrema relevância para a garantia do bem-estar social da RMBH, sobretudo em relação ao abastecimento com água (PALHA, 2019).

Somado a esse panorama, pouco depois do início das pesquisas nestas áreas, ocorreu o rompimento da barragem B1, do complexo das minas Jangada/Córrego do Feijão, em 25 de Janeiro de 2019, pertencente da mineradora Vale S/A. O desastre suscitou ainda mais discussões sobre os conflitos territoriais nessa localidade (PALHA, 2019), apontando para a vulnerabilidade das comunidades locais, frente

aos empreendimentos econômicos, demonstrando a carência de estudos sobre essas tensões e a governabilidade ambiental (ZHOURI, 2008).

Nesse sentido, a presente monografia busca contribuir para o debate, discutindo a perspectiva da justiça ambiental a partir das iniciativas sociais de fomento a alternativas econômicas, considerando os contextos de conflito e disputa territorial que os grupos em análise enfrentam.

O trabalho se deu em três frentes, que se enquadram na caracterização de “pesquisa exploratória”, com a qual se realizam técnicas de levantamento de dados, como “leitura bibliográfica e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”(GIL, 2008, p. 27), para compreensão de fenômenos complexos e extensos, a exemplo dos quatro casos analisados de conflito territoriais.

A primeira frente em relação a concessão de licenças ambientais, com a observação (GIL, 2008) nas reuniões da Câmara Técnicas de Atividades Minerárias – CMI do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e da atuação consultiva do Conselho do PESRM, com caráter participante em circunstâncias de diálogo com os movimentos sociais, elaboração de nota técnica junto ao movimento ambientalista, sobre a 36ª reunião da CMI (em 30 de Novembro de 2018), e realização de fala na 51ª reunião da CMI (em 25 de Outubro de 2019).

A participação pode ser caracterizada como artificial (GIL, 2008), na medida em que as reuniões do Copam apesar de permitem a participação popular, cerceiam e desconsideram tais manifestações (como se discute no Capítulo 2 dessa monografia) tornando a sociedade civil um ator externo ao campo em análise, assim como, as minhas intenções participativas se deram em decorrência do interesse de pesquisa dos atores, que proporcionou essas situações.

No acompanhamento da maioria das reuniões, a prática da observação, mesmo que participativa, não se configurou como um fator de interferência, uma vez que esses eventos são públicos e a participação civil normalizada nos trâmites processuais. Apenas nas circunstâncias citadas, em que houve manifestação sonora, escrita ou por meio do uso da fala, é que houve interferência minha nessas reuniões, de forma a incluir minha manifestação na análise comportamental dos conselheiros, dos técnicos administrativos, dos funcionários das empresas e da presidência das reuniões.

A observação também demanda a definição dos objetos a serem analisados (GIL, 2008), que nessa monografia se configuram como: o comportamento dos conselheiros nos processos decisivos; a atuação da presidência das reuniões; a participação da sociedade civil; as colocações dos técnicos administrativos durante as reuniões, a postura dos técnicos das empresas, e os resultados das votações. A análise desses fatores visa compor a discussão sobre a governança ambiental nos casos de conflito ambiental territorial analisados nesse trabalho.

O acompanhamento das pautas da CMI se iniciou em Outubro de 2018, sendo concluído em Outubro de 2019, com o intuito de observar como ocorre o processo de votação das licenças, qual aposturas das entidades ali presentes e como ocorre a participação popular. Foram acompanhadas as pautas relacionadas as regiões de estudo durante um ano, como os processos de licenciamento de atividades minerárias na área do PESRM, a exemplo da licença de operação para o Complexo Minerário Minas da Jangada/Córrego do Feijão.

A segunda frente de atuação se caracteriza pela realização de entrevistas informais (GIL, 2008) e de dinâmicas (no âmbito de dois projetos acadêmicos, um de pesquisa e outro de extensão) com as comunidades, procurando compreender a configuração territorial desses grupos, as atividades econômicas que implementam, as suas organizações sociais (existência de conselhos, associações, movimentos) e as tensões com outros atores.

Os trabalhos de campo foram realizados entre os anos de 2018 e 2019, nos municípios de: Brumadinho, no distrito de Casa Branca; Santa Bárbara, no distrito de André do Mato Dentro; e Nova Lima, no distrito de São Sebastião das Águas Claras.

Em relação as entrevistas, o formato “informal” foi escolhido em decorrência das circunstâncias socioambientais e emocionais que as comunidades se encontram em relação aos conflitos que vivenciam com a mineração. Essa modalidade de entrevista possibilita o foco na coleta de dados, mas sem se configurar em uma situação rígida de questionário, que poderia acarretar em mais pressão psicológica sobre os entrevistados. Assim, optou-se por entrevistas mais flexíveis de acordo com as circunstâncias sociais encontradas em campo, também dialogando com as necessidades das comunidades que nos receberam.

Essas entrevistas foram realizadas com “informantes chaves” (GIL, 2008, p. 111), dentre pessoas envolvidas em movimentos sociais e associações de moradores, e representantes das atividades econômicas (agricultores, comerciantes, artesãos, terapeutas, entre outros), possibilitando o diálogo focado nos objetos de estudo, se relacionando com o pouco tempo de duração das atividades práticas. Com o intuito de identificar as práticas econômicas locais, foi implementado o diálogo com representantes de diversos setores, como feirantes, comerciantes, agricultores, autônomos, artesãos, ambientalistas, entre outros.

As práticas em campo se enquadram como “estudo de campo”(GIL, 2008) no qual busca-se a compreensão dos fenômenos teóricos, atrelando a execução de ações com a observação (GIL, 2008). As ações implementadas, nesse sentido, se configuraram como: rodas de conversa; reuniões; visitas, junto aos moradores, às áreas em conflito; e oficinas (no âmbito do projeto de extensão).

E, por fim, a terceira etapa de pesquisa, se configura como a busca de dados “indiretos” (GIL, 2008), que não foram encontrados com o diálogo com as pessoas em campo, sendo obtidos através da leitura de obras acadêmicas, matérias jornalísticas, leis, informativos de movimentos sociais, e documentos legislativos e jurídicos, a exemplo do relatório elaborado pela CPI da Barragem de Brumadinho realizada pela ALMG e da Ação Civil pública do MPMG.

A leitura desses documentos ocorreu desde o início da minha inserção no projeto de extensão e de pesquisa, em Março de 2018 e Agosto de 2018, respectivamente, com o intuito de obtenção de informações sobre as áreas e de dados complementares aos adquiridos em campo, além da observação da atuação dos atores por outros meios, através da constituição de normas, elaboração de relatórios e estudos, e da construção de instrumentos escritos sobre os eventos.

Além dessas frentes de atuação, foram tiradas fotografias durante as atividades práticas para compor um arcabouço visual sobre as situações de conflito, as características físicas das áreas visitadas, os eventos acompanhados e sobre as práticas socioeconômicas locais.

Um lugar sem gente não existe

A expressão “Um lugar sem gente não existe”, que dá título ao presente trabalho e ilustra as intenções de pesquisa do mesmo, foi proferida por um rapaz residente da comunidade rural de André do Mato Dentro, distrito de Santa Bárbara/MG, durante uma reunião entre os membros de um projeto de extensão¹ pertencente ao Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG) – dentre os quais se encontrava a autora dessa monografia – e os moradores dessa localidade, em Dezembro de 2018. Esse encontro fez parte de uma série de ações do projeto, que tinham o intuito de colaborar para a reestruturação da economia local através do impulsionamento do turismo ecológico, da produção artesanal e agricultura familiar, construídos historicamente pelas próprias famílias residentes dessa localidade.

No momento de sua fala, o rapaz quis ressaltar a importância da comunidade se engajar em pequenas ações para movimentar o distrito e impulsionar a economia local, uma vez que a localidade compõem a região do Parque Estadual da Serra do Gandarela, apresentando uma enorme riqueza natural e importantes reservatórios aquíferos, atraindo uma certa movimentação turística, ao mesmo tempo em que é assediada pelos interesses extrativistas das atividades minerárias no seu entorno (a exemplo do Complexo de Gongo Soco da companhia Vale S/A). O jovem quis atentar a todos para o fato de que a possibilidade de esvaziamento territorial ameaça a preservação das riquezas socioambientais presentes nessa localidade, uma vez que a ocupação e mobilização da comunidade é capaz de se colocar frente aos interesses econômicos e extrativistas, a exemplo da mobilização dessa comunidade durante a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Sendo assim, *“um lugar sem gente não existe”*.

Essa perspectiva pôde ser reforçada, principalmente, após o desastre da Vale em Brumadinho com o rompimento da Barragem 1, que provocou sentimento de

¹ O projeto de extensão “Travessias e saberes, o des-cobrimto do lugar (André do Mato Dentro): Uma experiência através da formação em extensão” pertence as professoras Janise Dias Bruno e Valéria Amorim do Departamento de Geografia do IGC/UFMG. Essa iniciativa de extensão universitária se iniciou em 2016 com o intuito de apoiar iniciativas socioculturais e econômicas do distrito de André do Mato Dentro, promovendo o seu fortalecimento socioeconômico, haja vista a relevância socioambiental dessa localidade.

pânico e angústia em diversos municípios mineiros com a refutação dos laudos de estabilidade de algumas barragens de rejeito (construídas com a técnica de disposição de rejeitos a montante), aumento do nível de instabilidade dessas estruturas, a ausência de informações sobre as reais condições de risco de rompimento e a presença de comunidades nas “zona de autossalvamento” – ZAS².

A implementação de tais zonas motivou a evacuação em diversos municípios e distritos (Projeto Rompendo a Lama), como em, São Sebastião das Águas Claras – mais conhecido como “Macacos”, Barão de Cocais, Itabirito e Socorro, impulsionadas tanto pela Defensoria Pública Estadual, quanto por parte da própria população amedrontada, que tiveram seu modo de vida afetado por essa situação. O fenômeno de esvaziamento desses territórios expõem a sua vulnerabilidade aos interesses minerários, que agora se encontram desimpedidos para adquiri-los e explorá-los (LASCHEFSKI, 2019).

Observamos nos trabalhos de campo que, nas localidades atingidas pelo fenômeno da “lama invisível”, um fenômeno de impacto territorial, psicológico e socioambiental em comunidades, sem que tenha ocorrido um rompimento de barragem, é o crescimento do controle territorial exercido pela mineradora Vale S/A, que passou a intervir nas localidades com: obras diversas; instalação de postos de atendimento; modificação do trânsito, com a instalação de cones e placas; intensa movimentação de veículos, dentre caminhões de grande porte; testes de sirene e carros de som; execução de treinamentos emergenciais; evacuação de famílias; a compra de terrenos; e o assédio aos residentes.

Uma ilustração dos impactos do fenômeno da “lama invisível” foi dada por uma moradora de Macacos, durante reunião realizada em uma atividade de campo, em 06 de Novembro, que afirmou que: “(...) *não aconteceu nada, mas ninguém quer vir aqui.*”

² A ZAS é uma “região do vale a jusante da barragem em que se considera que os avisos de alerta à população são da responsabilidade do empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades competentes em situações de emergência, devendo-se adotar, a maior das seguintes distâncias para a sua delimitação: a distância que corresponda a um tempo de chegada da onda de inundação igual a trinta minutos ou 10 km.” Fonte: IGAM. Disponível em: http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/2019/MAT%C3%89RIAS/FEVEREIRO/Passo_a_Passo_PORTARIA_SEGURAN%C3%87A_DE_BARRAGENS.pdf. Acesso em: 26/11/2019.

Em visitas a André do Mato Dentro e São Sebastião das Águas Claras, nos meses de Outubro e Novembro de 2019, respectivamente, foi possível observar as “obras emergenciais” realizadas pela empresa, sendo relatado por alguns moradores a intervenção contínua de funcionários no trânsito, para tráfego de veículos, e nas moradias, com a evacuação de indivíduos e assédio tanto para compra de terrenos, quanto para envolvimento dos moradores nas dinâmicas da empresa, além das intervenções realizadas na comunidade, com a afixação de cartazes, obras de compensação, entre outras.

Durante uma conversa informal com dois moradores de André do Mato Dentro, durante o campo realizado em 19 de Outubro, um deles relatou que uma funcionária da Vale foi até a sua residência, após o início das obras emergenciais na região, convidando o morador para uma reunião com a empresa. O senhor relatou que negou a investida da empresa.

Somado a isso, tanto no campo realizado em André, quanto em Macacos, foi relatado por moradores que, a empresa atua sem prestar contas a população, ou seja, os moradores locais são perturbados pelas atividades do empreendimento, mas desconhecem o que se passa e quais são as reais intenções da mineradora.

Além disso, em reunião com moradores que compõem a Associação de Moradores de Macacos, no dia 06 de Novembro, foi relatado que a empresa implementa estratégias de desmobilização social, por meio da realização de acordos individuais, da divisão do território, da disseminação de calúnias, do enfraquecimento de lideranças e instituições comunitárias (associações, movimentos e organizações), e da desconstrução da identidade sociocultural local.

Em André do Mato Dentro, em campo realizado nos dias 19 e 20 de Outubro, durante a realização da Festa de Santo Antônio e Santo Expedito, festividade típica do distrito, foi possível observar que a empresa espalhou cartazes sobre um teste de sirene na data seguinte ao evento (21 de Outubro), causando um sentimento de desconforto nas pessoas presentes.

Já em São Sebastião das Águas Claras, os moradores relataram que a Vale cobriu a Igreja Matriz para a realização de uma obra de restauração, as vésperas do Natal e sem avisar a população, o evento causou estranheza e preocupação aos moradores que informaram já estar apavorados com o eminente risco de

rompimento da barragem B3/B4 e que, sem aviso prévio, se depararam com um importante monumento tampado.

É relevante ressaltar que, nas localidades visitadas a população relatou o desenvolvimento de iniciativas econômicas alternativas que se relacionam com a preservação dos territórios, uma vez que essas comunidades estabelecem, além dos laços econômicos, elos socioculturais com o ambiente.

Em André do Mato Dentro, foi possível visitar as hortas dos moradores, a criação de peixes em algumas comunidades, o comércio de mel, dentre outros produtos que os locais vendem para seu sustento. Além disso, um morador chegou a afirmar que a Vale não dá emprego para as pessoas, porque eles não tem escolaridade.

Já em Macacos, na reunião realizada, foi relatado pelos moradores a realização de práticas agrícolas, turísticas, comerciais, terapêuticas, dentre outras, em contraposição a presença da mineração.

Durante a reunião realizada em Macacos, uma moradora chegou a afirmar que: *“Macacos está localizada no meio de sete barragens de rejeitos e, mesmo assim, a sua população não vive de mineração, a Vale não trouxe nada para a gente.”*

Assim, se observa que as iniciativas locais possuem maior relação com a territorialidade e com a realidade social do que o modelo de “minério dependência”, como será discutido nos capítulos a seguir, demonstrando que as práticas locais são historicamente desenvolvidas nesses espaços, e se relacionam com a preservação dos elementos naturais fundamentais ao abastecimento dos municípios da RMBH, além de se configurarem como alternativas de renda a população local que não é absorvida pela atividade minerária.

A área do QFA, analisada sobre a ótica da questão imobiliária, apresenta uma “concentração fundiária de empreendimentos”, principalmente minerários, em paralelo a presença de importantes áreas de proteção ambiental (COSTA; PEIXOTO, 2005).

É importante notar que existem limitações legais impostas pelas UCs para a utilização e exploração de recursos em seus territórios. Porém, o que foi possível observar nas reuniões das câmaras técnicas do COPAM, pelo presente trabalho, é

que existem relações de poder que perpassam as decisões tomadas e se sobrepõem aos *ideais preservacionistas*, facilitando o trâmite burocrático de concessão de licenças ambientais para os empreendimentos nessas áreas (COSTA; PEIXOTO, 2005).

No licenciamento ambiental a gestão dos fatores socioambientais no âmbito do planejamento são tratados mitigáveis e compensáveis na lógica da modernização ecológica, que configura um mecanismo de manutenção do modelo do desenvolvimento hegemônico, visando primordialmente o crescimento econômico. Neste contexto, as questões de justiça ambiental e sustentabilidade são vistas pelos atores dominantes como empecilhos para o desenvolvimento, o que pôde ser facilmente observado nos trâmites de licenciamento ambiental acompanhados no COPAM (ZHOURI, 2008).

Além da crítica ao tratamento dos fatores socioambientais nos conselhos de política ambiental, por meio de medidas que não reconstituem, nem consideram a realidade dos ecossistemas 'atingidos', esses espaços de decisão possuem um caráter, supostamente, democrático (ZHOURI, 2008), no qual apenas aparentemente há paridade entre os representantes. Porém, o que se observa na realidade nos espaços de decisão é justamente o contrário.

No QFA, que coincide em grande parte com área da APA Sul da RMBH, podemos verificar que esta lógica de adequação ambiental em torno de grandes empreendimentos esta vigorando tanto no mercado imobiliário dos condomínios fechados localizadas dentro da APA Sul (LASCHEFSKI; COSTA, 2008; COSTA; PEIXOTO, 2005), quanto nas atividades minerárias que exercem uma *“pressão extrativista (...) sobre comunidades tradicionais”* (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2018), se beneficiando principalmente dos aspectos econômicos desses setores.

Também, os próprios condomínios fechados na APA Sul são, na sua maioria, localizados em terras das mineradoras, para as quais os empreendimentos imobiliários configuram possibilidades de gerar mais lucro do que a própria mineração em tempos de baixos preços nos mercados globais (LASCHEFSKI; COSTA, 2008).

O sistema de governança ambiental em Minas Gerais, responsável pelo QFA, se relaciona ao processo de *“reprimarização”* e *“ao consenso dos commodities”*

(SVAMPA, 2010 apud LASCHEFSKI; ZHOURI, 2018) das economias nos países latino-americanos, que reafirma a sua posição inferior no capitalista de comércio internacional.

A facilidade de comercialização de terrenos, de obtenção de licenças ambientais, de instalação de estruturas de grande porte e de exploração de recursos naturais, por parte dos empreendimentos, em contraponto a dificuldade de regulamentação fundiária e estabilidade econômica, de acesso aos elementos naturais e de representatividade jurídica, por parte das comunidades, demonstra o descompasso na organização dos territórios e a orientação da ação governamental no sentido de favorecer a iniciativa extrativista (LASCHEFSKI, 2019).

Em relação a organização social, a mobilização se inicia com a instalação do empreendimento na localidade, ocasionando tensões com as comunidades. Esse fato pode ser observado em relação a comunidade de Casa Branca, que se encontram na zona de amortecimento do PESRM, na qual conversamos com membros do Movimento pelas Águas e Serras de Casa Branca, que relataram que as mobilizações do grupo se iniciaram após a instalação de estruturas de mineração nas proximidades do bairro da Jangada afetando o usufruto dos recursos hídricos, nessa localidade. Foi relatado que as atividades da mineradora Vale S/A impactaram a dinâmica social da localidade ao cercar e poluir as principais fontes de água dessa comunidade.

Tal mobilização também é perceptível na comunidade rural de André do Mato Dentro, na qual durante a realização de trabalhos de campo, foi relatado por moradores que a comunidade se posiciona historicamente em defesa das suas atividades alternativas frente a mineração, a exemplo da organização do grupo durante a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, entre os anos de 2010 e 2014, em defesa da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na região, favorecendo as iniciativas econômicas locais.

Além disso, pode-se destacar a dinâmica socioeconômica da comunidade de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), que desenvolve iniciativas (agroecologia, turismo, medicina alternativas) paralelas às práticas minerárias, preservando o ambiente, que se configura como um elemento fundamental para a

qualidade de vida desse grupo, como relatado durante reunião na comunidade em Novembro desse ano.

Nas comunidades em análise nessa monografia pôde-se observar que em circunstâncias cruciais e estratégicas, as reivindicações sociais, por meio de fechamento de vias, manifestações e atos, foram utilizadas para pressionar os empreendimentos e o setor público, visando promover visibilidade para as suas pautas. Em Casa Branca, por exemplo, o movimento “Pelos Águas e Serras de Casa Branca”, se utilizou do artifício de fechar uma via de acesso entre a comunidade e a Mina da Jangada, da mineradora Vale S/A, com a queima de pneus e mobilização de pessoas, para conseguir visibilidade da empresa, que até então evitava o diálogo com a população e ignorava os questionamentos sobre os impactos do empreendimento sobre a água da localidade.

O histórico de convivência entre os diversos empreendimentos nesses territórios e as comunidades que o habitam, como relatado durante os trabalhos de campo, permite uma análise dessa interação a partir de eventos que provocam a “emoção”(LOSEKANN, 2018) e da mediação dos movimentos sociais para a garantia de justiça ambiental, que envolvem os laços culturais, afetivos e sociais estabelecidos com os territórios, a exemplo das manifestações culturais dos moradores de Casa Branca durante a 37ª reunião da CMI, que transmitiram o seu sentimento com o lugar, explorando outros modos de compreensão do espaço, que não os técnicos e matemáticos.

1. CAPÍTULO I – OS ELEMENTOS NATURAIS DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO E AS DISPUTAS TERRITORIAIS

Em alguns municípios que compõem o QFA de Minas Gerais é possível observar a existência de atividades econômicas fora da lógica extrativista hegemônica (PALHA, 2019).

Foi possível detectar elementos comuns em conversas com moradores de Casa Branca em Setembro de 2018, de André do Mato Dentro em Outubro de 2019, e de Macacos em Novembro de 2019, que relataram que as atividades extrativistas, os grandes empreendimentos e a dinâmica imobiliária dessas regiões, além de infligirem grandes impactos socioambientais, não conseguem absorver toda a mão de obra local, evidenciando o caráter desigual de desenvolvimento socioeconômico (GALEANO, 1981; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) do modelo imposto a região.

Adentrando as serras que compõem um dos maiores complexos minerários do país, nos deparamos com tais iniciativas. Comunidades rurais que historicamente desenvolvem atividades agrícolas e/ou extrativistas, que são passadas entre as gerações (a exemplo da produção de mel e da extração do carvão em André do Mato Dentro), do turismo ecológico e do empreendedorismo local (a exemplo de Macacos e Casa Branca), da agricultura familiar e de serviços informais e que desenvolvem atributos culturais (festas, marcos religiosos, encontros, gastronomia, entre outros) ligados a sua vivência com o lugar.

Concomitantemente, o QFA se caracteriza como uma região que detêm importantes reservatórios aquíferos, dentre mananciais de água que compõem as Bacias do Rio Paraopeba e do Rio das Velhas e abastecem os municípios da RMBH, e vasta biodiversidade, contemplando fauna, flora, elementos hídricos, atmosfera e atributos geológicos.

Nesse sentido, toda essa sociobiodiversidade se depara com interesses divergentes de apropriação dos elementos naturais, configurando “*conflitos ambientais territoriais*” (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010), que se caracterizam:

(...) na maioria dos casos, pela fronteira de expansão da produção de *commodities* que se choca com a territorialidade de grupos que têm na base de seus recursos elemento fundamental para a sua reprodução sociocultural,

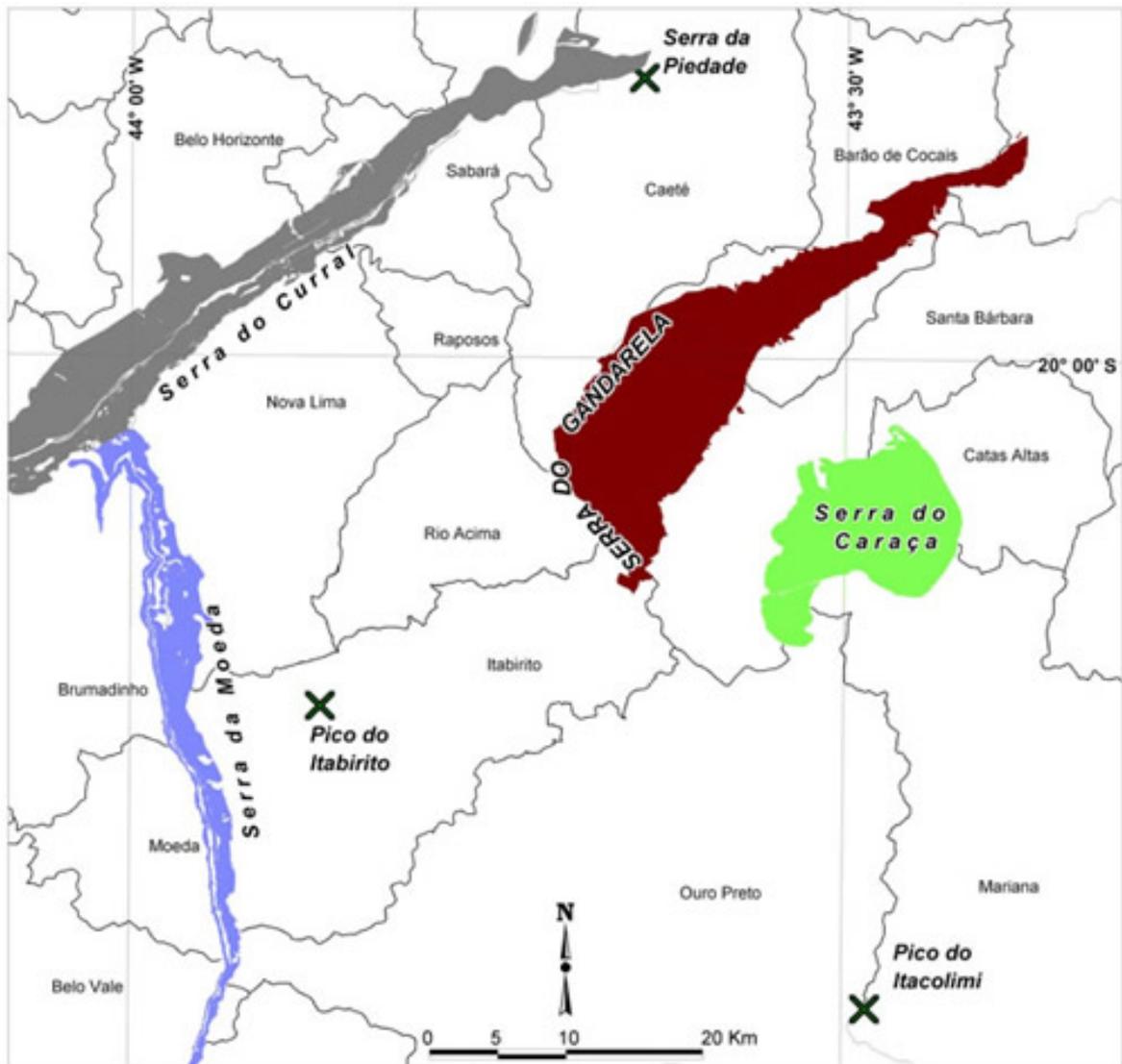
bem como para a sustentação de sua presença nos embates em torno à natureza do desenvolvimento que se pretende para o país.(ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 17).

A lógica econômica de exploração dos recursos naturais, defendida como caminho de desenvolvimento, se reflete na apropriação extrativista desse território por grandes empreendimentos, provocando as problemáticas ambientais vivenciadas pelas comunidades locais (AGRA FILHO, 2010).

Essas atividades disputam não apenas o espaço físico, mas o usufruto e controle dos bens naturais. Além disso, os atores apresentam capacidade de influência político-jurídica diferentes, que se reflete nos processos de decisão governamental nos órgãos de gestão ambiental e territorial, a exemplo do Copam e do Conselho Consultivo do PESRM.

Alguns desses conflitos territoriais serão discutidos a seguir, considerando a diversidade geológica, ambiental e social do QFA, buscando demonstrar as diversas iniciativas de resistência social ao modelo econômico hegemônico e a noção de 'minério dependência', embricados no cotidiano da sociedade mineira. Os casos retratados encontram-se nas porções Nordeste (Serra do Gandarela) e Oeste (os municípios de Brumadinho – Casa Branca e Nova Lima – São Sebastião das Águas Claras) do QFA, como ilustrado na figura 1.

Figura 1



Fonte: SOUZA, Leonardo Vasconcelos de; PADOAN, Lucas de Lima Fernandes; MAGALHÃES JUNIOR, Hélio de. Relações florísticas, fitossociológicas e aspectos edáficos em afloramentos de campos rupestres quartzíticos e ferruginosos na Serra do Gandarela, MG. XI CONVIBRA – Congresso Online – Gestão, Educação e Promoção da Saúde. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Recorte-do-Quadrilatero-Ferifero-e-destaque-para-as-principais-serras-que-o_fig1_262839328. Acesso em: 20 out 2018

1.1 Experiência em André do Mato Dentro/MG e o Parque Nacional da Serra do Gandarela

A Comunidade

Fotografia 1



Parte central da comunidade de André do Mato Dentro. Fonte: Acervo pessoal. 2018

André do Mato Dentro é uma comunidade rural, distrito do município mineiro de Santa Bárbara, situada ao pé da Serra do Gandarela, na porção Lesta do QFA. Como observado em campo, o distrito se localiza em um relevo de vale, a comunidade é cercada por serras, com vastos elementos hídricos, além de estar em uma região de Mata Atlântica.

O distrito, que atualmente possui cerca de 50 núcleos familiares, é originário da ocupação de duas famílias na região(segundo dados levantados pela pesquisa de extensão). Durante as atividades de campo realizadas em 2018, foi relatado pelos moradores que a matriarca de uma dessas famílias é a maior referência religiosa e cultural do grupo, sendo os seus filhos, netos e bisnetos os principais residentes de André.

Os moradores também relataram que há pessoas que possuem residências para passar o fim de semana e pessoas que detêm sítios na região, e que esses indivíduos possuem menos laços afetivos e culturais com o território, apesar de se

relacionarem com a sociobiodiversidade local, participando das economias alternativas ali desenvolvidas.

Além disso, nos trabalhos de campo foi possível observar que, a localidade contém uma extensa reserva hídrica, com cachoeiras, rios, córregos, além da vegetação e da estrutura geológica que cercam esses atributos. Esses componentes abastecem a comunidade e, segundo os moradores, também propiciam o turismo na localidade.

Nos trabalhos de campo, foi relatado por moradores e observado na comunidade, o desenvolvimento de atividades agrícolas e extrativistas, como o cultivo de hortaliças e legumes, a exploração de carvão (a partir do plantio do eucalipto), a criação de abelhas e extração de mel, própolis e cera de abelha, produção de doces e alimentos com os produtos da região, piscicultura, além da comercialização de ovos e queijo.

Nos diversos trabalhos de campo realizados foi possível visitar algumas dessas hortas, além dos tanques com criação de peixes, e os locais de comercialização de mel, doces e outros produtos, como ovos e queijos.

Em Dezembro de 2018, foi realizada uma oficina entre os membros do projeto de extensão e as mulheres da comunidade, nesse encontro essas mulheres apresentam o seu conhecimento sobre plantas medicinais, e foi relatado uma sabedoria passada entre as gerações de manejo de ervas, raízes e outros elementos com a finalidade de uso medicinal.

De forma menos intensa, foi relatado que a região atrai atividades de aventura, como *“trekking”* (trilhas a pé), *“off-road”*(percurso em vias sem pavimentação), motocross, entre outros. Em um dos campos, em Julho de 2018, foi possível observar um grupo de motociclistas chegando a comunidade e parando para fazer um lanche no bar do “Seu Domingos”. Observamos que, o público atraído, que são moradores de cidades vizinhas, não se hospeda na localidade, consumindo apenas serviços de bar e almoço, fornecidos pelos próprios locais.

Além disso, foi possível notar que a comunidade não possui estruturas hoteleiras ou comerciais, como restaurante, padarias, farmácias, etc. Há apenas dois bares, pertencentes a duas famílias locais, e uma estrutura de hospedaria, nos moldes de “pousada”, pertencente a uma das moradoras.

Também, a comunidade desenvolve festividades religiosas e tradicionais, a exemplo da Festa de Santo Antônio, do Congado e da Cavalhada feminina, realizados no mês de Outubro, que atraem público externo. Em um campo realizado durante a festividade desse ano, em 19 e 20 de Outubro, foi possível observar que esse evento recebe investimentos da prefeitura de Santa Bárbara e de mineradoras, Vale e Jaguar, para as estruturas de som, bandeirinhas, cavaletes e palco. Essas festas estão relacionadas aos laços familiares e culturais, advindos da matriarca, dos grupos que herdaram esse território, e acabam sendo absorvidas pelas mineradoras como forma de inserção social forçada.

Dessa forma, a partir das vivências na comunidade, é possível afirmar que o povoado de André do Mato Dentro desenvolve laços socioambientais, culturais e econômicos com o seu território e com os atributos naturais de que dispõem, dependendo desses para a manutenção da sua coletividade.

O Parque Nacional da Serra do Gandarela

O Parque foi criado em 2014 e se localiza na porção leste do QFA e *“porção sul da Cadeia do Espinhaço, a 40 km de Belo Horizonte.”*(ICMBio)

(...) apresenta exuberantes serras, rios e cachoeiras. A vegetação é composta de um dos mais contínuos fragmentos de Mata Atlântica de Minas Gerais em transição com formações do cerrado, como os campos rupestres ferruginosos e quartizíticos. Situadas nos topos e encostas das serras estão as cangas ferruginosas, um tipo de cobertura do solo composta de ferro. Por serem porosas elas funcionam como importantes áreas para a infiltração de água das chuvas para os aquíferos. As águas do Parque contribuem para o abastecimento dos municípios vizinhos e até de Belo Horizonte.(ICMBio)

A unidade foi pensada com o intuito de promover a proteção de toda essa biodiversidade mencionada, que possui extrema relevância para o abastecimento hídrico dos municípios da RMBH (ICMBio), e que se encontra ameaçada pelas pretensões minerárias, que se expandem pela região, com as obras emergenciais em relação ao Complexo Gongo Soco (Projeto Rompendo a Lama), e a expansão da Mina Baú, licenciada durante a 52ª reunião extraordinária da CMI, além da

existência de outros projetos minerários pretendidos para área, a exemplo do Projeto Apolo da mineradora Vale S/A (Projeto Rompendo a Lama).

Durante um trabalho de campo realizado em Junho de 2019, na ocasião de uma reunião entre os membros do movimento “Salve a Serra do Gandarela” e a comunidade, foi relatado pelos moradores que o processo de criação do Parque foi polêmico, porque algumas comunidades rurais da região, como André do Mato Dentro, que utilizam os elementos naturais da Serra para desenvolvimento de atividades econômicas alternativas, foram afetadas, uma vez que a categoria “Parque” impede a realização de algumas práticas extrativistas em sua área.

Além disso, os moradores falaram que se envolveram em mobilizações junto a outras comunidades locais para propor a criação de uma “*Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS*” (SNUC, Constituição Federal, 1988) defendendo a continuidade de suas práticas. Porém, foi apontado que, com a criação da unidade como “*Parque Nacional*” (SNUC, Constituição Federal, 1988) foram impostas limitações de uso dos elementos naturais.

Também foi dito por membros da comunidade, que André teve grande importância nas mobilizações, entre 2010 e 2014, encabeçando as reivindicações sociais pela defesa do direito das comunidades rurais da região continuarem utilizando os recursos naturais da área. Foi relato que, nessa circunstância, houve a configuração de lideranças sociais, a exemplo do casal Júnior e Glória, que se articularam a movimentos ambientalistas em defesa dos elementos naturais da Serra do Gandarela.

Os moradores relatam que, na atualidade há desconfiança com a gestão do Parque e o entendimento de que a criação dessa unidade afetou socioeconomicamente a localidade. Esse fato enfraquece a mobilização pela defesa dos recursos dessa região e fragmenta as lutas sociais.

Esses relatos são importantes para a compreensão do processo de criação do Parque, apontando que a configuração do mesmo não foi consensual entre ambientalistas, gestores e comunidades locais, e que a sua constituição interfere diretamente nas dinâmicas socioambientais locais, sendo que estas contribuíram historicamente para a preservação da área.

Além disso, essas informações permitem entender o histórico de organização social da comunidade, a sua relação com a preservação do território, os processos sociais que configuraram as atividades econômicas que a comunidade pratica, e também possibilita uma análise da relação entre a comunidade e os outros atores envolvidos na dinâmica territorial dessa área.

Conflitos locais

Em trabalhos de campo realizados entre 2018 e 2019, foi possível perceber que o território de André do Mato Dentro e do Parque Nacional da Serra do Gandarela sofrem pressões de empreendimentos minerários (a exemplo do Projeto Apolo da mineradora Vale S/A, da expansão da Mina Baú e as obras entorno do Complexo Gongo Soco), configurando “conflitos ambientais territoriais”(ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) na região, que ameaçam os recursos naturais e o patrimônio sociocultural local.

Através das visitas, em 15 de Junho e 19 de Outubro de 2019, às áreas em que foram implementadas a obra emergencial de construção de um “cânion” para a barragem Sul Superior (pertencente ao Complexo Gongo Soco), foi possível observar a dimensão dos impactos socioambientais das iniciativas minerárias, que provocaram intensas transformações espaciais, ambientais e sociais, com a supressão de vegetação nativa, a remoção de famílias, o assoreamento de um córrego e trânsito de veículos interferindo em uma via de acesso da comunidade até Barão de Cocais.

A pressão exercida pelas iniciativas minerárias ameaça não somente o modo de vida local, como também outros municípios vizinhos e a própria capital mineira. Dessa forma, a preservação da Serra do Gandarela e do modo de vida das comunidade locais, além de provocar a mobilização a nível local, atrai movimentos ambientalistas maiores, a exemplo dos movimentos “Salve a Serra do Gandarela” e “Movimento pela preservação da Serra do Gandarela”, que vimos atuar durante uma reunião na comunidade de André, em 15 de Junho de 2019, que tinha o objetivo de denunciar as “obras emergenciais” implementadas pela Vale após a elevação de risco de rompimento da barragem Sul Superior.

Apesar dessa mobilização entorno da Serra, a comunidade de André passa por um processo de esvaziamento populacional, em diálogos com a comunidade foi relatado que os jovens têm que migrar para estudar e trabalhar (visitamos a residência do motorista, funcionário da prefeitura de Santa Bárbara, que leva as crianças para estudar em Barão de Cocais), e que não há incentivo as iniciativas econômicas locais, alguns produtores locais relataram se sentir desmotivados pela falta de mercado e pela desvalorização de seus produtos. Somado a disso, uma das principais lideranças da comunidade, que atuou durante o processo de formulação do Parque, faleceu, desmobilizando o grupo.

Durante conversas informais, alguns agricultores e produtores rurais apontaram que possuem um mercado muito reduzido para os seus produtos. Um dos agricultores disse que: *“eu ainda consigo vender meus produtos e sustentar minha família, mas muitas pessoas aqui não conseguem, falta incentivo.”*

Em relação a presença da mineração, alguns dos moradores se colocaram contra apontando para os impactos dessa atividade e para a possibilidade de extinção da comunidade. Porém, outras pessoas entendem que a falta de incentivo as práticas locais levam os jovens a procurar emprego nas mineradoras e até a fazer acordos para vender seus terrenos.

Mesmo assim, foi relatado que poucas pessoas conseguem trabalhar na mineração, seja pela falta de estudo ou pela falta de oportunidade nas mineradoras, que negam empregos aos locais.

Assim, alguns moradores relatam que seus filhos e netos migram para as centralidades vizinhas, como Santa Bárbara, Barão de Cocais, Caeté, Raposos e até Belo Horizonte, para conseguirem emprego. Outros poucos, empregam seus filhos nas suas próprias produções.

Ainda assim, nos deparamos com muitos jovens que trabalham nas localidades próximas, mas que continuam residindo em André e perpetuando os valores culturais de suas famílias.

Configura-se, assim, um cenário de tensão em que diversos fatores (social, econômico, político) ameaçam a perpetuidade dos recursos dessa comunidade, possibilitando a penetração de atividades extrativistas de grande impacto na área.

Consecutivamente, o rompimento da barragem B1 em Brumadinho, propiciou novas conjunturas sociopolíticas para a comunidade. O desastre fez com a mineradora levantasse estudos de estabilidade sobre outras barragens construídas com mesmo método (a montante), em territórios diversos. Esse processo apontou para a situação de instabilidade em outras estruturas, provocando o aumento do nível de risco de rompimento e o início das intervenções territoriais da Vale. “*Depois da lama visível, aquela que soterrou centenas de vidas no dia 25 de janeiro de 2019, a lama invisível chegou. No sentimento de medo e impotência das comunidades que vivem abaixo de barragens de rejeitos.*”(Projeto Rompendo a Lama)

Uma das barragens identificadas em situação de risco foi a Sul Superior pertencente ao Complexo Gongo Soco, localizada a poucos quilômetros da comunidade de André do Mato Dentro (inclusive a estrada de acesso à André, saindo de Caeté, é a mesma que dá acesso à Mina Gongo Soco, como ilustra a Figura 2).

Figura 2



Placa de Estrada. Fonte: Site Mais Goiás. Disponível em: <https://www.emaisgoias.com.br/vale-487-pessoas-sao-cadastradas-apos-deixar-area-de-gongo-soco/>. Acesso em 22/11/2019

Com a eminente possibilidade de rompimento da barragem Sul Superior, a Vale iniciou uma série de intervenções na área, em meados de Maio de 2019, quando recebemos os primeiros vídeos de moradores locais relatando obras na região. Já em 8 de fevereiro (Encarte “Barão de Cocais, Santa Bárbara e Rio Piracicaba” do Jornal Rompendo a Lama, 2019) foram evacuadas as comunidades rurais de Socorro (vizinha de André do Mato Dentro, em relação a qual os moradores detinham laços familiares e de amizade), Tabuleiro e Piteiras, ambas distritos de Barão, além de famílias na cidade de Barão de Cocais que estavam na ZAS.

A mineradora, além de intervir (especialmente, socialmente e psicologicamente) em Barão de Cocais, apresentou dois projetos de obras de grandes extensões e impactos para a região da Serra Gandarela, sendo a primeira a construção de um muro, e a segunda uma obra na parte baixa da comunidade de André do Mato Dentro (LASCHEFSKI, 2019).

Cabe ressaltar que nenhuma dessas intervenções, apesar de possuírem profundos impactos socioambientais, passou por licenciamento ambiental, uma vez que estavam sobre o pretexto de “*obras emergenciais*”, bastando apenas o aval da SUPPRI – Superintendência de Assuntos Prioritários do COPAM (LASCHEFSKI, 2019).

Durante atividade de campo acompanhada por membros do “Movimento pela preservação da Serra do Gandarela”, em Junho de 2019, foi possível observar a construção de um “*cânion*” (Fotografias 2 e 3) para passagem da “*lama*”³ em caso de rompimento da barragem Sul Superior, que segundo o movimento e o depoimento de moradores, envolveu a supressão de Mata Atlântica, assoreamento do Córrego São João, remoção de famílias, deslocamento de animais, e a destruição de residências.

3 Lama é um termo popularmente utilizado para denominar o resultado da mistura entre o rejeito pastoso, que se espalha por um território, e outros elementos, como a vegetação, as construções, maquinário, seres vivos, dentre outros, após um rompimento de barragem.

Fotografia 2



Destaque para a obra do “cânion”. Fonte: Acervo pessoal. 19/10/2019

Fotografia 3



Placa de trânsito de veículos. Fonte: Acervo pessoal. 19/10/2019

Após cinco meses de obras, quando realizamos o segundo trabalho de campo na área da obra, constatamos que, mesmo com a supressão de vegetação, assoreamento de parte do córrego e remoção de algumas famílias, a empresa “descobriu” a impossibilidade de se cavar o morro pretendido, uma vez que foram encontradas estruturas rochosas que demandariam dinamitação.

Em diálogo com uma ambientalista que atua na região, nos foi relatado que, atualmente, a obra se encontra paralisada e a mineradora ainda não apresentou projeto substituto. Ou seja, esse fato aponta que a empresa iniciou uma obra de emergência sem qualquer estudo de viabilidade, sem o real compromisso com a segurança pública, e sem preocupação com os impactos causados em uma região já sensibilizada com o rompimento da barragem em Brumadinho, com o risco de ruptura da Sul Superior e com as evacuações de comunidades vizinhas.

Apesar disso, foi relatado por moradores, em uma conversa informal em 19 de Outubro, que o empreendedor continua atuando na comunidade, assediando-os para aquisição dos terrenos, por meio da realização de reuniões com grupos separados e chamando os moradores para encontros com a empresa.

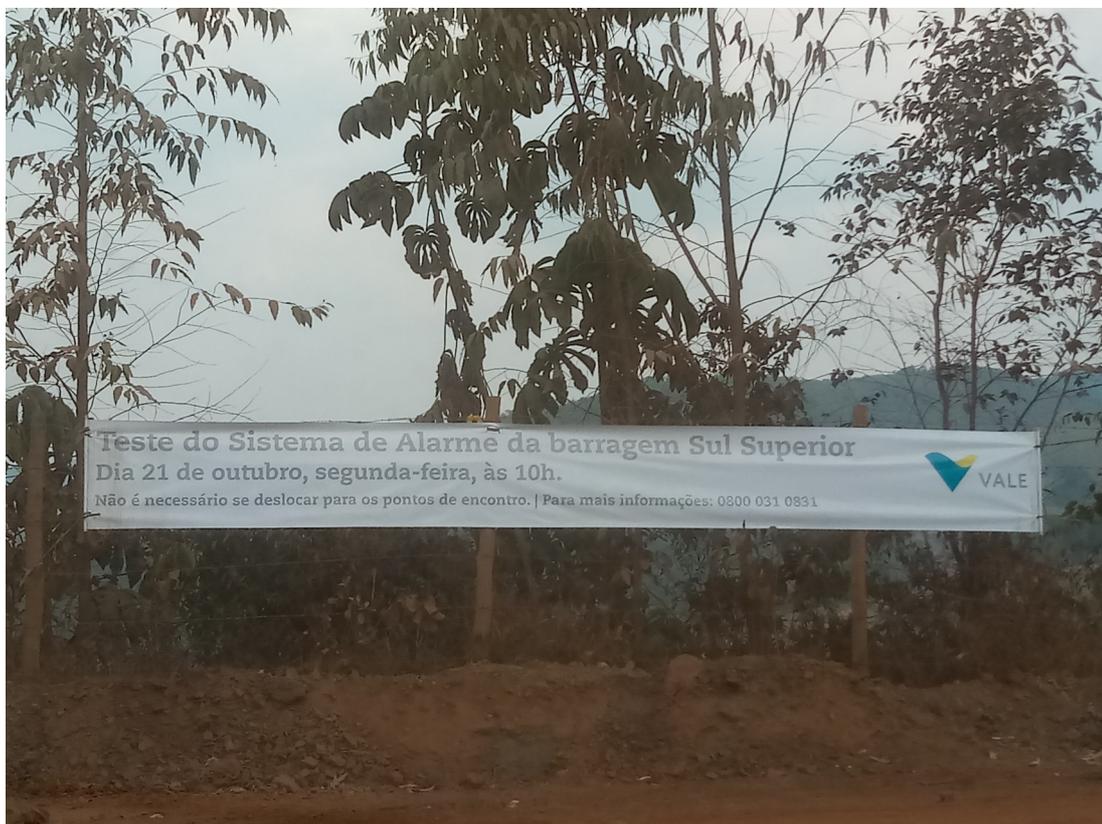
Um dos moradores disse que:

A funcionária da Vale bateu lá na porta de casa chamando para uma reunião com a empresa. Aí eu perguntei se eles não me arrumavam um emprego. A moça respondeu que tinha que fazer um processo seletivo na empresa e que tinha que ter curso técnico e um monte de coisa. Eu falei que só tinha até a quarta série e ela me disse que não tinha como eu trabalhar na Vale. Aí eu respondi, bom, se eu não tenho competência pra trabalhar na Vale, eu também não tenho competência pra ir em reunião com a Vale. (Morador de André, 19 de Outubro de 2019)

Além disso, pôde-se perceber a pressão psicológica por meio de cartazes (Fotografia 4) informando a realização de teste de sirene na comunidade. A fotografia 4 retrata um dos vários cartazes que estavam afixados por toda a comunidade de André, anunciando a realização de um teste de sirene da barragem Sul Superior na segunda-feira seguinte, dia 21 de Outubro. O cartaz ainda informava que era apenas uma simulação do equipamento, não sendo necessário o

deslocamento dos moradores para os “*pontos de encontro*” ou a adoção de qualquer outra ação.

Fotografia 4



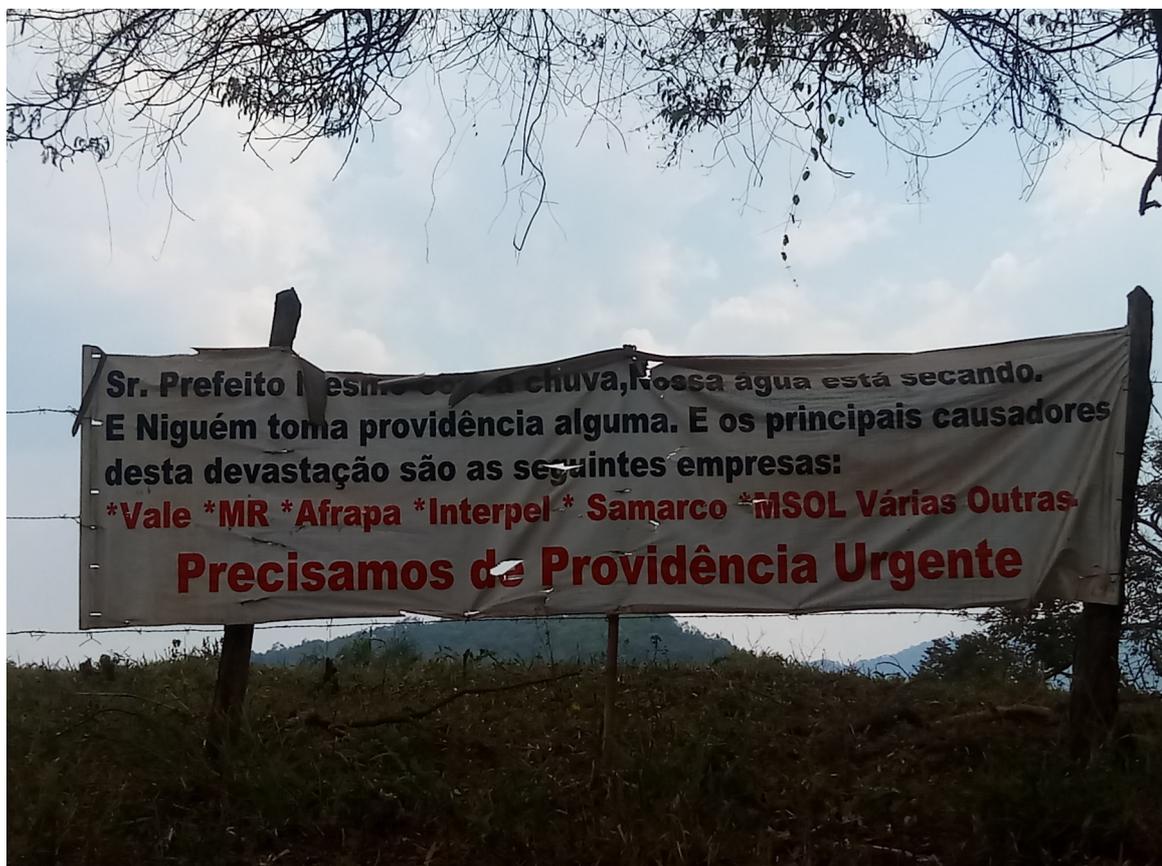
Cartaz anunciando Teste de Sirene. Fonte: Acervo pessoal. 19/10/2019

Apesar de não envolver diretamente a população na dinâmica, o evento de teste de sirene provoca aflição, inclusive nos transeuntes que passam na localidade, como em nos pesquisadores, demonstrando a força de mobilização emocional e social da empresa em desconstruir o controle territorial da comunidade, que se sente a mercê de uma situação que não consegue controlar.

Concomitantemente, a população se mobiliza, articulando-se junto a movimentos ambientalistas e órgãos governamentais, para reivindicar seus direitos e denunciar os abusos por parte da empresa. Um exemplo disso, é um cartaz (Fotografia 5) afixado na parte baixa de André, próximo as obras emergenciais, denunciando os impactos das atividades minerárias no abastecimento de água do distrito e no secamento de cursos d'água, mesmo com o período de chuvas. A população também exige um posicionamento imediato do prefeito, se direcionando a

ele na mensagem, e também culpa diretamente as mineradoras Vale, MR, Afrapa, Interpel, Samarco e MSOL pelos impactos na água.

Fotografia 5



Cartaz afixado pela população denunciando impactos hídricos. Fonte: Acervo pessoal. 19/10/2019

Ainda assim, é importante notar, com esses dois cartazes apresentados, que há uma disputa territorial intrínseca. De um lado, a comunidade se mobiliza pela perpetuidade de seus elementos e tradições, denunciando os impactos causados pela atividade minerária, por outro o empreendimento busca expandir seu território, através de estratégias de aquisição de imóveis, visando o ganho monetário com a expansão de seus complexos e da capacidade de lavra. Essa situação é ilustrada na fotografia 6, na qual temos os dois cartazes afixados lado a lado, como uma expressão visual dessa tensão territorial.

Fotografia 6



Os dois cartazes afixados lado a lado na parte baixa da comunidade, próximo a obra do “cânion”.

Fonte: Acervo pessoal. 19/10/2019

Assim, a partir desse panorama pode-se afirmar que existe o interesse de expansão das atividades minerárias sobre o território da comunidade de André do Mato Dentro, que se reflete nas estratégias de aquisição de imóveis e no assédio aos moradores, e esse interesse é respaldado pelas instâncias governamentais, tanto do nível estadual, quanto municipal, que ao permitir a execução de grandes obras sem passar pelo processo de licenciamento ambiental, ao negligenciar as iniciativas econômicas locais, e não tomar providências quanto aos impactos socioambientais e psicológicos da mineração na comunidade, favorece a perpetuação de um modelo econômico baseado na noção de “minério dependência” em detrimento das práticas locais, que possuem relação com a *sociobiodiversidade* local e com a sua preservação.

1.2 O Parque Estadual Serra do Rola Moça e A Comunidade de Casa Branca

O PESRM

O Parque Estadual Serra do Rola Moça – PESRM, é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, sendo o “*terceiro maior parque urbano do país*” (IEF, 2019), que possui o objetivo de promover a proteção dos mananciais locais, que são fundamentais para o abastecimento de água da RMBH, para a garantia do bem-estar das comunidades que habitam essa área e para a realização de suas práticas socioeconômicas. “Preservar e conservar os mananciais e os campos ferruginosos, buscando a harmonia entre as atividades da comunidade e a proteção da biodiversidade.”(IEF, 2019)

Essa unidade abriga uma biodiversidade de extrema relevância por se tratar de uma localidade de transição entre o bioma Mata Atlântica e o bioma Cerrado, além de conter importantes reservas hídricas e atributos naturais, como cachoeiras e rios, riqueza de fauna, importantes atributos geológicos e paisagísticos (IEF, 2019).

Durante atividades de campo, realizadas no segundo semestre de 2018, foi possível notar que convivem no nesse território (considerando a zona de amortecimento do Parque e as áreas no seu entorno) diferentes iniciativas, como, alguns condomínios residenciais, comunidades rurais, distritos, empreendimentos turísticos e empreendimentos minerários. Essa diversidade de atores aponta para uma tensão espacial e territorial decorrente da presença de “*interesses diversos*”(AGRA FILHO, 2010) que utilizam os recursos dessa localidade.

Em conversas com membros do “Movimento pelas Águas e Serras de Casa Branca”, que atuam na região do PESRM, foi apontado que as reivindicações sociais surgem em situações pressão e a insegurança gerados pela proximidade com as atividades minerárias na região, e pela falta de diálogo entre os atores. É a própria população que constrói, de fato, o diálogo com as outras instâncias, demonstrando o completo descaso das outras entidades em promover o bem-estar com a comunidades locais..

É nesse panorama da gestão territorial do PESRM que se percebe a atuação das organizações sociais como única iniciativa de promoção de diálogo com as iniciativas minerárias que ocupam essa região, ressaltando o descaso dos

empreendimentos com os impactos que causam e a negligência da instância estatal em relação aos seus deveres de promoção de qualidade de vida para a população, de proteção da biodiversidade local e de participação e direito a informação por parte das comunidades.

A comunidade de Casa Branca

Fotografia 7



Faixa na praça principal do distrito. Fonte: Acervo pessoal. Setembro/2019

A comunidade é um povoado rural, distrito do município mineiro de Brumadinho. Em campo foi possível observar uma divisão realizada pelos próprios moradores dentre os quais existem os “nativos”, que habitam historicamente a área, se empenhando em atividades terceirizadas e em serviços autônomos (caseiros, faxineiras, garçons e garçonetes, porteiros, comerciantes, artesãos, entre outros), e aqueles que migram para a localidade em busca de um “rural idílico” (PALHA, 2019), caracterizado pela qualidade ambiental e contato com a natureza, ocupando os condomínios fechados, casas de fim de semana, sítios e afins.

Devido a essa diversidade, foi possível observar em campo que a comunidade apresenta uma variedade de iniciativas que dialogam tanto com a realidade rural (a agricultura, a produção artesanal), quanto com o universo urbano (a constituição de estabelecimentos comerciais, vias pavimentadas, ampla infraestrutura pública, presença de empresas privadas, etc.), promovendo uma complexidade socioeconômica e ambiental nessa localidade.

Em diálogo com funcionários de um estabelecimento comercial do distrito, que fornece serviços de agroecologia, alimentação saudável e hospedaria, nos foi informado que as práticas ligadas a agricultura são mais impulsionadas pelos “migrantes” do que pela população “nativa”. Grande parte das hortas comunitárias, estabelecimentos e iniciativas agroecológicas em Casa Branca foram criadas pela população que migrou para o distrito. Já em relação aos nativos, são poucos que desenvolvem as práticas agrícolas, sendo que estes habitam os povoados mais distantes da centralidade do distrito, a maioria está empregada em serviços terceirizados e atividades comerciais.

Essa característica pôde ser confirmada também em visita a feirinha agrícola e artesanal na praça central do distrito. O pequeno número de feirantes é um elemento que aponta para a pequena expressividade dessas atividades. Em diálogo com os feirantes, foi possível perceber que eles são sítiantes da região e vem comercializar seus produtos no centro do distrito.

Apesar disso, em diálogo com um agricultor foi apontado dificuldades na produção quanto aos impactos provocados pelas outras atividades econômicas na água, eles apontou o secamento de um córrego que passa próximo ao seu terreno.

Concomitantemente, todos os entrevistados relataram o sentimento de afinidade com os elementos naturais presentes na localidade, tanto nos nativos, quantos nos migrantes, além do apreço pelo sossego e qualidade de vida na comunidade

Assim, observamos que esse território é disputado por iniciativas minerárias que ocupam algumas áreas desde a segunda metade do século XX, como é possível observar nos processos de licenciamento. A riqueza geológica da região, em especial, a presença de minério de ferro, atrai tais atividades, que a algumas décadas se instalam ali (PALHA, 2019).

Segundo os membros do “Movimento pelas Águas e Serras de Casa Branca”, a convivência entre a mineração e a comunidade é conflituosa, tendo em vista a disputa pelo acesso e usufruto dos elementos naturais. Segundo eles, a atividade extrativista afeta, principalmente, o abastecimento de água do distrito, uma vez que o movimento denunciou o interferimento no nível de água dos lençóis freáticos, o cercamento e poluição nascentes, e o assoreamento de um dos córregos do bairro Jangada.

Como relatado pelo movimento, a perpetuidade das ocupações habitacionais, do turismo, da agricultura, da produção artesanal e do comércio, dependem desses elementos naturais, e se veem ameaçados pela atividade minerária na região.

Os conflitos locais

Durante as conversas com os membros dos movimentos sociais que atuam na região, foi relato que há um histórico de conflitos ambientais entre a comunidade e a atividade minerária, principalmente, em relação aos recursos hídricos. Também são apontados por eles impactos: nas vias de acesso, no trânsito; sensoriais, em decorrência das explosões com dinamite, nos complexos minerários; paisagísticos, provocados pela intervenção nas serras; e socioculturais, pela destruição de atributos locais, a exemplo de um córrego assoreado, que tinha relação com a história e as práticas culturais de um dos bairros.

Mais recentemente, o evento de maior impacto para a comunidade foi o rompimento da barragem B1 do Complexo Jangada. Importante notar que, o nome das estruturas minerárias, “*Mina do Córrego do Feijão*”, “*Complexo Jangada*”, se devem pela localização próxima aos bairros do Córrego do Feijão e da Jangada, pertencentes a comunidade de Casa Branca.

Em relação a esse complexo minerário, acompanhamos a mobilização dos movimentos sociais para reivindicar o indeferimento da licença de operação nas 36ª e 37ª reuniões da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do COPAM, em 30 de Novembro e 11 de Dezembro de 2018, alegando a intensidade dos impactos socioambientais caso o complexo começasse operar e exigindo mais estudos sobre a relação dessas estruturas com os elementos naturais.

Os movimentos ambientalistas se organizaram junto a comunidade para mobilizar o máximo de pessoas possível para a reunião do dia 11 de Dezembro, na qual a licença seria votada. Foram fixados cartazes e faixas na sala para chamar a atenção dos conselheiros. Durante o momento de fala, vários moradores e ambientalistas fizeram o uso da palavra, tanto chamando a atenção para a magnitude do complexo e a possibilidade de impactos nos recursos hídricos, quanto fazendo manifestações artísticas, apelando para o campo da sensibilidade, do emocional.

A comunidade foi descredibilizada e ignorada pelos gestores públicos, os argumentos em prol do aumento dos prazos para realização de novos estudos e da construção da segurança pública foram negligenciados, se beneficiando, mais uma vez, a lógica econômica e desenvolvimentista.

1 mês e 14 dias após essa triste reunião, acontece o pior. A barragem B1, uma das estruturas que compuseram o pedido de licenciamento e alvo de descomissionamento pelo empreendimento, se rompe. Às 12 horas e 26 segundos, sendo retratado com dramaticidade por uma atingida em uma reunião da CPI da ALMG, como sendo o horário de almoço, sagrado para as famílias cristãs locais.

Segundo o relatório elaborado pela CPI da ALMG, centenas de funcionários da empresa que se encontravam, na área administrativa e no refeitório da empresa, na ZAS, não tiveram tempo hábil e nem aviso para escapar. Foram surpreendidos e engolidos pelo “*mar de lama*”⁴. Além disso, o relatório demonstra que não haviam meios para os funcionários escaparem, uma vez que o tempo de fuga pelas rotas era maior do que o tempo em que a “lama” os atingiria.

Também foram atingidas propriedades rurais, um empreendimento hoteleiro, bairros do município de Brumadinho e todo o Rio Paraopeba, assim como as comunidades ribeirinhas que dele dependiam, como também aponta a Ação Civil Pública elaborada pelo MPMG.

As organizações sociais percebem e denunciam a articulação entre empreendimento e estado. Em um evento acadêmico em Maio de 2019, uma representante do “Movimento pelas Águas e Serras de Casa Branca” afirmou: “A

4 Expressão popular cunhada após o rompimento da barragem de Fundão em 2015, no município de Mariana, se referindo ao volume de lama que percorreu a Bacia do Rio Doce e atingiu as comunidades a jusante da barragem. Essa expressão foi retomada após o rompimento da barragem B1, para se referir ao volume de lama lançado sobre o Rio Paraopeba e as comunidades a jusante.

Vale não é criminosa sozinha! A prefeitura, o Estado é conivente! (...) Quanto menos a gente ocupa o território, mais eles se beneficiam!”

Assim, o desastre apontou para a fragilidade do sistema de fiscalização de barragens e de licenciamento ambiental, uma vez que a licença aprovada inclui, além do descomissionamento da barragem, uma série de ampliações no Complexo Jangada, aumentando a capacidade produtiva do mesmo e implantando novas estruturas, e no processo coordenado pelo COPAM foi considerado apenas o descomissionamento para alterar a classificação do empreendimento, de 6 para 4, o simplificando e acelerando (MOVSAM, 2018; MILANEZ, 2019).

A atuação governamental em favor da lógica econômica (PALHA, 2019) é comprovada, apontando para a necessidade de reformulação das estruturas de gestão ambiental e territorial, englobando a sociedade civil e as múltiplas perspectivas socioeconômicas das comunidades locais.

1.3 Outras Experiências

O fenômeno da *“lama invisível”* e as dinâmicas territoriais oriundas do rompimento da barragem B1 promovem novas situações de pesquisa quanto aos conflitos ambientais e a organização social, uma vez que a tensão entre empreendimentos e comunidade se atenua.

Como observado nas atividades de campo, as comunidades que convivem com as atividades minerárias em seus territórios, vivenciam cotidianamente situações de tensão e de temor, a exemplo do exposto sobre a atuação de movimentos ambientalistas em Casa Branca e das pressões minerárias em André do Mato Dentro, que estão circunscritas dentro do trâmite burocrático rotineiro das instituições governamentais, por meio do licenciamento e fiscalização, por mais falhos que esses serviços sejam. Porém, nos campos realizados após o rompimento de B1, observa-se que nas circunstâncias de exceção a relação entre os atores é alterada, o funcionamento dos órgãos governamentais (legislativo, executivo, judiciário) se modifica, os mecanismos acionados pelos empreendimentos se modificam, assim como, a postura reivindicativa da sociedade civil se acentua.

Assim, se faz necessária a criação dessa seção para análise de casos que se acentuaram com eventos-chave, aprofundando as tensões e se estabelecendo sobre novos comportamentos. Para tanto, serão apresentadas as experiências de duas comunidades, alvo de ações emergenciais da empresa Vale S/A para mitigação de danos quanto a possíveis rompimentos de barragens.

Durante nossas pesquisas em campo, verificamos que esse processo envolve uma dinâmica imobiliária entre empresas, Estado e comunidades, que contém nuances que são ocultadas, mantendo a população em uma condição sociopolítica de instabilidade socioambiental e ameaçando a integridade do patrimônio cultural e natural local.

São Sebastião das Águas Claras – Macacos

A comunidade de São Sebastião das Águas Claras, popularmente conhecida como “Macacos”, é distrito do município mineiro de Nova Lima, da porção Norte do QFA de Minas Gerais. Segundo relato dos moradores, a localidade é conhecida por ser uma opção de retiro para os habitantes da RMBH, tanto pela proximidade com a capital mineira, quanto pela exuberância de atributos socioambientais.

Durante trabalho de campo realizado em Novembro de 2019, foi relatado pelos moradores a prática de atividades ligadas a agricultura, ao turismo ecológico, a terapias alternativas e a produção artesanal, *“apesar de se encontrar em uma região historicamente explorada pela mineração”* (frase proferida por uma moradora de Macacos, Novembro de 2019). Assim, a maior parte da população local desenvolve atividades alternativas ao “modelo extrativista”(GUDYNAS, 2015), se relacionando com atributos ambientais locais e prezando pela sua perpetuidade.

Os moradores relataram que são esses atributos que atraem a migração de pessoas e empreendimentos alternativos para a comunidade, como pousadas, spas, espaços de terapia, pequenos comércios, turismo, entre outros. Além disso, alguns desses moradores afirmaram terem se mudado para Macacos pelo encantamento que tiveram com o lugar e pela oportunidade de desenvolver projetos autônomos na localidade, ligados principalmente aos âmbitos artísticos e terapêuticos.

O fenômeno da *“lama invisível”* atinge a comunidade com a elevação do nível de risco da barragem B3/B4, uma das sete barragens a montante da localidade. O momento é relatado com bastante emoção pelos moradores, e é remetido ao instante em que uma sirene tocou, no dia 16 de fevereiro de 2019 (Encarte “Um Projeto Contra a Violação de direitos em Minas Gerais, Projeto Rompendo a Lama), e alterou profundamente as suas vidas.

Os moradores relataram que, no primeiro momento, o sentimento de aflição, a ausência de informações concretas e a atuação tumultuada das entidades governamentais, como a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, retirando famílias, fazendo treinamentos de fuga e marcando as *“manchas de inundação”* pelas vias da comunidade, intensificou o temor na população local afetando as atividades cotidianas.

Consecutivamente, foi relatado que a atividade turística, os estabelecimentos comerciais e outras iniciativas foram afetadas pela queda no fluxo de visitantes a localidade, pela perda de autonomia e pelo temor de um possível rompimento.

Durante o campo foi possível notar como as obras emergenciais, ações compensatórias e instalação de postos de relacionamento com a população, da mineradora Vale alterou completamente a dinâmica socioambiental local, retirando da comunidade a sua autonomia.

Em ressonância com a nossa percepção sobre as profundas interferências da Vale no distrito, uma das atingidas falou que: *“A Vale está ocupando rápido a comunidade.”*(Moradora de Macacos, Novembro de 2019)

Foi possível observar a presença de cones na estrada de acesso, placas de *“rota de fuga”* e *“ponto de encontro”*(fotografia 8), o intenso fluxo de funcionários e caminhões da empresa (fotografia 9), o controle de trânsito pela mineradora, as obras compensatórias em monumentos públicos (fotografias 10 e 11), a intensa poeira, e as casas abandonadas, proporcionando a sensação de total controle territorial pela mineradora.

Fotografia 8



Destaque para placa indicando “ponto de encontro”. Fonte: Acervo pessoal. 06/11/2019

Fotografia 9



Caminhões transitando da estrada principal para a obra do muro. Fonte: Acervo pessoal. 06/11/2019

Fotografia 10



Obra de construção da nova escola municipal de Macacos. Fonte: Acervo pessoal. 06/11/2019

Fotografia 11



Obra de restauração da Igreja Matriz de Macacos. Fonte: Acervo pessoal. 06/11/2019

Além disso, os moradores apontam que as obras implementadas no território não passaram pelo trâmite de licenciamento ambiental, ou seja, não houve consulta pública, análise dos projetos pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMAD) e nem estudo contestatórios. A mineradora detêm uma autorização autoritária para atuar na região, sem dados de viabilidade, sem publicidade e sem a análise burocrática das instâncias governamentais, violando princípios ambientais e administrativos.

Apesar disso, durante a visita, em 06 de Novembro, foi possível realizar um encontro com a Associação de Moradores, que têm se mobilizado para dialogar com os demais atores, articular a população em torno dos seus direitos e denunciar as violações de direitos e tentativas de desmobilização social pela mineradora.

Durante esse encontro, a população relatou o aumento de doenças psicológicas (ansiedade e depressão), doenças respiratórias e fisiológicas após o “*dia da sirene*”. Além disso, as percepções de bem-estar e qualidade de vida, ligadas ao lugar, foram profundamente abaladas.

Também foi relatado, o profundo abalo psicológico nas crianças da comunidade, que apresentam traumas relacionados a sirene e as barragens, desenvolvendo comportamentos mais retraídos, paranoicos e deprimidos.

Um dos moradores relatou que seu filho fez uma simulação do rompimento da barragem com lego. Ele disse que a criança está profundamente abalada com as sirenes e não consegue dormir sozinho e nem ficar em casa sozinho.

Outra moradora, que trabalha com atendimento psicológico, disse que em dinâmicas terapêuticas com as crianças da comunidade, muitas desenham o momento da sirene, a lama atingindo as casa e pessoas sendo levadas pela lama.

Da mesma forma, os moradores denunciam as estratégias desenvolvidas pela mineradora para desarticular a população, como: a disseminação de calúnias sobre as lideranças sociais; o incentivo as negociações individuais; a divisão do território; a utilização de indenizações e compensações para “*comprar*” o silêncio dos moradores; a ausência de diálogo e a disseminação contraditórias pela empresa; a oferta de empregos terceirizados temporários para alguns moradores, como formar de compensar os danos; e a descredibilização da Associação de Moradores, fragmentando as lideranças e criando outros espaços de discussão.

Assim, se configura uma disputa pelo controle territorial da comunidade, perpassada por emoções e circunstâncias que interferem na convivência entre os autores, e considerando que, o empreendimento detêm maior aparato material, jurídico, econômico e humano para se articular, além da atuação governamental a seu favor, beneficiando a lógica extrativista, em detrimentos das iniciativas locais. Dentre as diversas falas impactantes dos moradores, termino o relato dessa seção com o comentário de uma das moradoras presentes na reunião: *“a injustiça fica muito perto da gente.”*

Barão de Cocais

Barão de Cocais é um município mineiro, localizado na porção Nordeste do QFA, próximo a duas importantes unidades hidrogeológicas dessa região, a Serra do Gandarela e a Serra do Canastra.

Em visitas a área da Serra do Gandarela entre 2018 e 2019, foi possível observar que as centralidades maiores, como Santa Bárbara, Caeté e Barão de Cocais, possuem uma diversidade de atividades econômicas, relacionando o universo urbano e ao universo rural, com a presença de comércios, prestação de serviços, setores privados, e paralelamente, serviços turísticos, e produção artesanal. Sendo que, em Barão, o turismo e a produção artesanal estavam ligados as atrações turísticas da Serra da Canastra.

Foi possível observar em reunião do Copam, ainda em 2018, que a administração municipal se concentrou em favorecer o estabelecimento de iniciativas minerárias no município, embricada no pensamento colonial de ocupação da região, defendendo a “lógica desenvolvimentista” de dependência da exploração de *commodities* (GALEANO, 1981; SVAMPA, 2010; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Em um contexto de crise econômica nacional, a prevalência de uma atividade extrativista que interfere na diversidade econômica e não absorve as demandas de mão de obra local, se configura como uma escolha política. Consecutivamente, novas nuances se configuram com o aumento do nível de risco de rompimento da barragem Sul Superior do Complexo Gongo Soco, em fevereiro de 2019.

Como relatado por um morador em um evento acadêmico, a situação de emergência, provoca uma série de intervenções no município, dentre demarcação

da mancha de inundação (uma situação dramática de demarcação de ruas, pontes e estabelecimentos com tinta laranja, que foi amplamente divulgado na mídia – figura 3), remoção de famílias, execução de treinamentos de fuga, circulação de funcionários e veículos da mineradora, e a execução de obras emergenciais.

Figura 3



Funcionário da Vale demarcando a mancha de inundação. Fonte: Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/barao-de-cocais-mg-nao-tenho-pique-para-correr-ate-rota-de-fuga-sozinha-diz-aposentada-espera-de-rompimento-de-barragem-23686881>. Acesso em: 22/11/2019

Como aponta o encarte “Barão de Cocais, Santa Bárbara e Rio Piracicaba” do Jornal Rompendo a Lama, duas grandes obras se encaminham nas proximidades do município. A primeira está relacionada a construção de um muro de contenção para os rejeitos. Segundo os movimentos ambientalistas locais, essa intervenção envolve a intervenção sobre uma extensão de vegetação de Mata Atlântica, além da remoção de comunidade rurais, a exemplo dos distritos de Socorro, Tabuleiro e Piteiras. Os movimentos também apontam para a relação entre a construção dessa estrutura e outros “*projetos minerários futuros pretendidos pela empresa*”, a exemplo do Projeto Apolo e da expansão da Mina Baú (Projeto Rompendo a Lama, 2019).

A segunda obra, visitada durante dois trabalhos de campo em 15 de Junho e 19 de Outubro de 2019, é a construção de um “cânion”(denominação utilizada por ambientalista do movimento “Salve a Serra do Gandarela”) nas proximidades da

comunidade rural de André do Mato Dentro. Como se observou, essa intervenção envolve impactos na via de acesso a Barão de Cocais, entre Caeté e Barão, passando pela região da Serra do Gandarela, além de supressão de Mata Atlântica, dispersão de poeira e intenso trânsito de veículos de grande porte pelas vias.

Os movimentos ambientalistas também apontam que as obras não passaram pelo trâmite de licenciamento ambiental, apesar de ser uma intervenção que altera a dinâmica de ocupação territorial, impondo novos elementos a paisagem, como a mancha de inundação, o reservatório composto pelo muro e as novas distribuições sociais promovidas pela remoção de famílias.

Paralelamente, através de trabalho de campo na região do Gandarela foi possível perceber a atuação de movimentos ambientalistas mobilizando a população local, e articulando meios de reivindicações para denunciar os abusos praticados pela mineradora e reivindicar seus direitos.

Assim, se observa a articulação da mineradora para adquirir novos territórios, mobilizando estratégias de promoção de circunstâncias de exceção, na qual consegue se esquivar da burocracia administrativa e ambiental, além de desmobilizar a organização social e territorial.

2. CAPÍTULO II – A GOVERNANÇA AMBIENTAL

As questões socioambientais mobilizam interlocuções entre diferentes atores para gestão territorial e “intermediação de interesses”(AGRA FILHO, 2010), criando espaços de “negociação” de direitos (ZHOURI, 2008). *“Este consenso aposta na possível conciliação entre os ‘interesses’ econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais.”*(ZHOURI, 2008, p. 97)

Historicamente, essa gestão esteve a cargo das instâncias governamentais, que mesmo com a complexificação dos instrumentos jurídicos relacionados as temáticas fundiária e ambiental, a exemplo dos artigos da Constituição Federal de 1988, do Código Florestal Brasileiro, e das normativas a nível estadual e federal, perpetua a lógica desenvolvimentista de investimento em atividades econômicas como forma de promoção do progresso social (ZHOURI, 2008).

O que se observa na prática, nos espaços de decisão, é a manutenção do ideal “extrativista”(GUDYNAS, 2015) e da lógica de que alguns aparatos socioambientais legislativos se configuram como barreiras ao crescimento econômico (ZHOURI, 2008), a exemplo do que se observa na construção da “minério dependência” no contexto mineiro.

Sobre os pretextos de criação de empregos e desenvolvimento econômico para os municípios mineiros, as atividades minerárias são impulsionadas pelas entidades estatais, com o negligenciamento dos reais impactos socioambientais dessas atividades e do próprio trâmite processual nas instâncias de decisão.

Incentiva-se atividades ligadas ao âmbito extrativista, como a mineração no contexto do QFA, em detrimento do investimento em diversificação econômica (PALHA, 2019) e nas práticas econômicas locais, impulsionadas pela população que não é engloba pela atividade hegemônica.

Algumas dessas entidades e posturas institucionais serão discutidas a seguir, considerando as comunidades em análise nessa pesquisa e os conflitos mencionados.

2.1 O Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

O Copam se configura como “(...) *um órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo, subordinado administrativamente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.*”(Portal Meio Ambiente/MG)

Essa instituição atua na regulamentação de atividades econômicas, por meio do licenciamento ambiental, se dividindo em 9 “*unidades colegiadas*” pelo território mineiro e 6 “*câmaras técnicas especializadas*” (Portal Meio Ambiente/MG).

É nessas câmaras que ocorre a discussão temática de atividades. Uma delas, a CMI – Câmara de Atividades Minerárias, responsável pela discussão do licenciamento ambiental de iniciativas da mineração, englobando diferentes modalidades de licenciamento, simplificado, trifásico, concomitante, corretivo, de acordo com a situação dos empreendimentos.

Como observado no acompanhamento das reuniões dessa câmara, entre Outubro de 2018 e Outubro de 2019, esse espaço abarca uma diversidade de atores de seguimentos diversos, que tentam construir o “consenso”(Zhour, 2008) através do impulsionamento de atividades dentro da lógica do “*desenvolvimento sustentável*”, com o qual seria possível conciliar a exploração extrativista e preservação ambiental. Porém, os atores possuem “*posições hierarquizadas e relações de poder muito desiguais*”(ZHOURI, 2008, p. 99), que dentro dos espaços decisórios, favorece as iniciativas econômicas.

O acompanhamento das reunião permitiu apontar a implementação de estratégias de favorecimento a perspectiva econômica e cerceamento a participação pública, a exemplo: da própria constituição do conselho, no qual os representantes de atividades econômicas e do setor liberal são maioria; do controle da fala, por meio da limitação do tempo e do momento de manifestação da sociedade; da celeridade nos processos de decisão por meio da imposição de reuniões “*extraordinária*”, sucateando a discussão pública; da criação de uma superintendência (Superintendência de Assuntos Prioritários – SUPPRI) para seleção de projetos a serem analisados de forma célere e menos burocrática; do papel autoritário do presidente da reunião, que concentra em si uma série de decisões, que deviriam ser tomadas em coletivo pelo conselho; e pelas deliberações

normativas que flexibilizam o processo de licenciamento, a exemplo da DN 217/2016.

Opera-se assim uma lógica de tomadas de decisões, na qual não se considera outra perspectiva senão a econômica, tendo em vista a observação da predisposição dos representantes do Estado em promover o crescimento econômico, favorecendo as iniciativas extrativistas nos trâmites de licenciamento, e em ignorar as alternativas econômicas e os modos de vida locais, que se veem reféns de um modelo econômico de ocupação territorial.

O licenciamento do Complexo Mina da Jangada

Acompanhamos, em 30/11/2018, a 36ª reunião da CMI, na qual pela primeira vez, foi discutido nessa câmara o projeto de licenciamento para o Complexo Mina da Jangada. A iniciativa correspondia a uma:

solicitação do empreendedor para ampliar a capacidade produtiva da mina, ou seja, a produção passaria de 10,6 Mta para 17 Mta, por meio de adequações nas Usinas de Beneficiamento a seco (ITM e PSM). Com isso, a vida útil do empreendimento seria prolongada até 2032. O aumento da produção impactará também na necessidade de novas áreas de disposição de estéril e na ampliação de vias para transporte de minério e estéril, também pleiteados nesse processo. Ainda como escopo do projeto o empreendedor solicita a regularização de atividade de recuperação de finos das Barragens I e VI da Mina Córrego do Feijão e implantação de um rejeitoduto para transporte desse material para as usinas de beneficiamento. (Parecer Único da SUPPRI, 2018, p. 2-3, grifos meus)

O empreendedor, companhia Vale S/A, entrou com pedido de licenciamento ambiental para ampliação da produção no Complexo Mina da Jangada, envolvendo alterações nas áreas de barragem, com o descomissionamento dessas estruturas e implantação de um “rejeitoduto”.

Mesmo contendo todas essas etapas e se tratando de uma ampliação, o processo tramitou para votação como Classe 4 considerando apenas a atividade de descomissionamento, conforme justificativa do órgão ambiental após o desastre: *“No caso do licenciamento julgado em dezembro no Copam, para a Barragem 1, da*

Vale, a classificação do licenciamento foi 4, porque a atividade licenciada era reaproveitamento de minério com descomissionamento da barragem.”(Nota de Esclarecimento 18 – Desastre Barragem B1, Portal Meio Ambiente/MG)

Outras violações também foram denunciadas na própria reunião do conselho, sendo a pauta adiada para o mês seguinte em decorrência do “*pedido de vistas*”, mecanismo com o qual os conselheiros conseguem elaborar um relatório próprio sobre o caso, de alguns conselheiros.

Porém, a estratégia política de se criar reuniões extraordinárias para acelerar os trâmites de análise processual, foi utilizada. A nova reunião foi marcada para o dia 11 de Dezembro de 2018, apenas sete dias úteis depois da primeira reunião.

Apesar do pouco tempo, observamos na reunião do dia 11 que a sociedade civil se organizou, movimentos ambientalistas estiveram presentes e questionaram os impactos da ampliação do Complexo Mina da Jagada sobre a Serra do Rola Moça e sobre as comunidades locais.

Foram questionados os impactos a vegetação nativa, a área de APP e aos aquíferos, além do fato do processo generalizar fatos (potencial poluidor e a simultaneidade da Instalação com a Operação) para simplificar o trâmite processual. O processo ainda apresentava pendências com o MP e com a ANM (Agência Nacional de Mineração) quando a segurança das estruturas.

Apesar de toda a mobilização e dos questionamentos, a SUPPRI defendeu o seu parecer e a maioria dos conselheiros decidiu pela aprovação da licença refletindo o posicionamento do Estado em favorecer as atividades econômicas, mesmo projetos com inconsistências e pendências, que demandaria mais análises e cautela.

O resultado da negligência governamental e da defesa insustentável dos parâmetros de desenvolvimento, são os desastres de grandes dimensões, como o vivenciado 44 dias após essa reunião.

Outras manobras institucionais

Acompanhamos outros episódios consecutivos de licenciamento ambiental na CMI, que também apontam comportamentos de manobras institucionais pelas mineradoras para beneficiamento de seus projetos.

O primeiro caso, em relação ao Complexo Minas-Rio da mineradora AngloAmerican, observamos também na 37ª reunião extraordinária da CMI no dia 11/12/2018. A empresa apresentou um projeto de ampliação das atividades de lavra do seu complexo, que passaria por votação no mesmo conselho do Copam.

Devido as denúncias quanto aos impactos socioambientais do projeto, o secretário de Meio Ambiente do estado emitiu um ofício retirando o projeto de pauta, e assim foi feito pela presidência da CMI no dia. Porém, passadas algumas horas de reunião, com o encaminhamento de outras pautas, o presidente da sessão recebe uma notificação de um juiz para retomada da pauta. Ou seja, em um intervalo de 6 horas, a equipe jurídica da empresa se mobilizou para conseguir uma notificação judicial excepcional.

A pauta só não seguiu em discussão, porque alguns conselheiros pediram vistas ao processo, porém, a retirada de pauta indicaria maior oportunidade de se averiguar as denúncias realizadas e realizar novos estudos de viabilidade socioambiental para o projeto, enquanto que o pedido de vistas apenas adia a pauta para a reunião seguinte, que também aconteceu em um intervalo de 8 dias úteis.

Já o segundo caso, observamos durante a 51ª reunião ordinária da CMI em 25 de Outubro de 2019, na qual se discutiu a retomada das atividades do Complexo Germano da Samarco (mesma empresa que provocou o desastre com a barragem de Fundão em 2015, que também pertencia ao Complexo Germano).

Além de desconsiderar os processos de reparação dos atingidos de Fundão, que ainda estão em trâmite, e o profundo abalo socioambiental da região, observamos que o Copam relativizou um projeto de retomada de lavra no Complexo que não possui estudos de sinergia e nem deposição definitiva de rejeitos.

Com o rompimento da barragem B1 da Vale, as estruturas de barramento a montante no estado de Minas Gerais foram condenadas ao descomissionamento em um prazo de 3 anos(Resolução Conjunta Semad/Feam nº 2.784 de 21 de Março de 2019). Dentre essas estão a mina de Germano(que funcionava como barragem) e a barragem de Germano.

Assim, o projeto de retomada do Complexo Germano acontece em simultaneidade a uma obra de extrema delicadeza em uma estrutura comprometida, que deveria ser prioridade antes de qualquer outra intervenção na área. Além disso,

o projeto de disposição de rejeitos na retomada depende de estruturas que ainda estão em processo de estruturação ou em projeto “*conceitual*”, segundo material disponibilizado com o relatório da SUPPRI.

Novamente, apesar dos questionamentos da sociedade acadêmica e civil, o conselho aprova um projeto sem segurança técnica e com diversas problemáticas.

Portanto, percebemos com essas situações que, a estrutura de poder(ZHOURI, 2008) entre os atores prevalece sobre a tomada de decisão, e a segurança e bem-estar da população mineira se coloca em segundo lugar.

2.2 O Conselho Consultivo do PESRM

As UCs também possuem conselhos consultivos que discutem o uso dos seus territórios. A partir do acompanhamento de reunião do Conselho Consultivo do PESRM, pode-se afirmar que essa estrutura também se configura como um mecanismo de busca do consenso e promoção do desenvolvimento sustentável (ZHOURI, 2008) com base na interlocução entre os atores.

Principal instrumento de fortalecimento das UC's e suas comunidades, o Conselho Consultivo é formado por oito membros do Poder Público e igual número de membros da sociedade civil organizada. Dentre suas atribuições, pode-se destacar a busca por desenvolvimento sustentável da região onde se situa como um todo.(ISA, 2010)

Como observado em prática, diferentemente do Copam, o Conselho Consultivo do PESRM não possui atribuições deliberativas, ou seja, não tem poder decisório (permitir ou negar) sobre as atividades em seu território. Apesar disso, a opinião do conselho tem peso sobre os processos decisórios em outras instâncias, como no Copam, sendo um elemento de legitimação para a aprovação de projetos.

Ao enfatizar a “*busca por desenvolvimento sustentável*” esse conselho se configura como uma ferramenta burocrática de defesa dos ideais extrativistas, colocados como meios de progresso. Sendo assim, reproduz mecanismos de cerceamento da participação pública e, da mesma forma que no Copam, ignora a existência de alternativas econômicas locais, inclusive das comunidades que

abrigam a sua zona de amortecimento, a exemplo da comunidade de Casa Branca e outros distritos rurais.

Além disso, foi possível observar na reunião do conselho a tentativa de esvaziar a participação pública com a falta de divulgação das pautas em discussão e da própria atuação do conselho, e também com a exclusão de setor da sociedade civil para ocupação das cadeiras do conselho.

Também se observou a votação de um projeto de mineração da companhia Minerações Gerais do Brasil, que pretendia minerar para recuperar uma área do Parque. Alguns dos conselheiros defenderam essa alternativa como a única viável para reestabelecimentos das áreas afetadas anteriormente por outras práticas minerárias.

Assim, percebe-se que a lógica de minério dependência é respaldada em diversos níveis da administração pública, inclusive por um mecanismo de gestão territorial e de promoção da preservação ambiental (afinal o PESRM foi criado com o intuito de preservação dos atributos *hidrogeológicos*), que detêm relevância institucional nos processos decisórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo econômico baseado nas atividades primárias presente nos países latino-americanos, provoca “conflitos ambientais territoriais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) e “efeitos derrame” (GUDYNAS, 2015), como a desterritorialização de comunidades, extinção de ecossistemas e a perda cultural.

O acompanhamento do trâmite governamental, a partir dos conselhos de política ambiental e dos processos de licenciamento ambiental, permitiu concluir que existe a conivência do aparato governamental ambiental com as atividades econômicas extrativistas, as beneficiando. Assim, a noção de *minério dependência* se apresenta como um conceito sociopoliticamente forjado no contexto de atuação governamental em defesa de um modelo desenvolvimentista baseado na exploração de *commodities*.

Em contrapartida, os mesmos territórios que atraíram a exploração mineral, motivaram a ocupação de comunidades que desenvolveram alternativas socioeconômicas ao modelo hegemônico. Algumas iniciativas são implementadas por comunidades do QFA em contraposição a política de ocupação fundiária por grandes empreendimentos e pela exploração dos recursos naturais.

De maneira contrária, esses grupos implementam atividades que se relacionam com a sua territorialidade, com os laços comunitários, preservando recursos vitais da sociobiodiversidade do QFA.

Essas diferentes perspectivas disputam o acesso e usufruto dos recursos naturais, a ocupação dos territórios e a perpetuação de suas práticas, apresentam diferentes níveis de articulação jurídica, técnica e social, que se refletem nas relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais.

Se de um lado, os grupos sociais se organizam em defesa da perpetuidade de suas tradições e dos elementos naturais de que dispõem, por outro lado, os empreendimentos exploram a natureza apenas como recurso para a geração de lucro imediato, causando grandes danos socioambientais e econômicos aos municípios mineiros.

A tensão entre empreendimentos e comunidades fica evidente sobretudo no “temor da lama invisível” em localidades com barragens consideradas de “alto risco” e a configuração das ZAS, com as quais as mineradoras conseguem ampliar os

seus territórios por meio de evacuações, obras emergenciais, intervenções paisagísticas, ocupação de construções, compra de propriedades e da queda do valor imobiliário, a exemplo das tensões vivenciadas em Macacos e em Barão de Cocais.

Por outro lado, a situação de exceção provoca a mobilização social em torno da sua autogestão e da defesa de seu território. Nesse momento, as articulações comunitárias já existentes, como associações de moradores e movimentos sociais em Casa Branca e em André do Mato Dentro, se fortalecem em torno das pautas comuns, pela defesa territorial e de direitos coletivos.

Além disso, o conflito propicia o fortalecimento identitário dos grupos, a partir da defesa dos atributos locais, das práticas alternativas, dos direitos comuns, do modo de vida local, e da própria coletividade, que se vê ameaçada pelas evacuações, pela destruição ambiental e pela perda de território.

Neste cenário, o poder público, em seu papel de intermediador ao beneficiar atividades econômicas predatórias, provoca um enfraquecimento nos processos de licenciamento ambiental e fiscalização de empreendimento, tornando-os pouco rigorosos, com falhas analíticas e processuais, simplificados e céleres. Somado a isso, é enfraquecida a participação social, que é limitada pelo regimento de tempo das reuniões públicas e pelo descaso com a realização de audiências.

Assim, o presente trabalho pretende desconstruir o discurso da 'minério dependência' como a *vocação econômica* do QFA ou como a única opção socioeconomicamente viável para a população mineira, apontando que a atividade minerária destrói a sociobiodiversidade da região, além de ameaçar o abastecimento hídrico da RMBH e as iniciativas socioeconômicas de parte da população que não é engloba pela atividade mineral, e que devem haver mais estudos e investimentos nas alternativas desenvolvidas pela população local, sendo elas capazes de dialogar com a realidade das comunidades locais e de preservar o território.

Com isso, espera-se contribuir com uma literatura já existente, que trata formas de resistência ao modelo extrativista e ao "consenso das commodities", e sobre a possibilidade de se executar alternativas socioeconômicas e culturais ao modelo vigente e podendo negá-lo (Diferentes Formas de Dizer Não, Malerba, 2014).

As tragédias vivenciadas com a mineração no estado de Minas Gerais propiciam a reflexão sobre os impactos socioambientais dessa atividade e a atuação governamental em relação a regulamentação dessa prática no território. Há de se criticar e se repensar o modelo econômico vigente, as práticas extrativistas, a minério dependência, se considerando os ideais ecológicos e a gestão territorial. Nesse contexto, as possibilidades de preservação cultural, patrimonial e ambiental se apresentam justamente nas manifestações culturais contra-hegemônicas locais, que historicamente ocupam e preservam seus territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, nº 5, jan./jun. 2002. Curitiba: UFPR, 2002. p. 49-60.

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2010, v., p. 34 – 62.

AGRA FILHO, Severino Soares. Os conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2010, v. , p. 351 – 359.

ALMG. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho. 2019.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. Brasil: Uma potência regional na economia mundo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertraud Brasil. 1998.

COSTA, H.; PEIXOTO, M. Dinâmica imobiliária e regulação ambiental: uma discussão a partir do eixo-sul da RMBH. XXIX Encontro Anual da ANPOCS. 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito da natureza intocada. Editora Hucitec, 3ª ed. São Paulo, 2001.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Tradução de Galeano de Freitas. 13ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUDYNAS, E. La Revista, boletín Sociedad Suiza Americanistas, Nº 76, pp. 13-23, 2015.

IEF. Anexo i. Informações Complementares. Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2019/Ucs/PE_Rola_Moca/Informa%C3%A7%C3%B5es_Complementares_PESRM-040719.pdf. Acessado em: 27/11/2019

LAZARIM, H.; LOUREIRO, C. Modelagem hidrogeológica computacional do sistema de fluxo de águas subterrâneas no bairro Jardim Canadá – Quadrilátero Ferrífero, Nova Lima, MG. ABAS – Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, Anais, I Congresso Mundial Integrado de Águas Subterrâneas. Fortaleza, CE. Outubro de 2000.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E MEIO AMBIENTE A 'QUESTÃO TERRITORIAL' E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL. Revista Terra Livre, v. 1, p. 241-285, 2019. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1552/1480>. Acesso em: 25 nov 2019.

LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa Soares de Moura . Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ambiente e Sociedade (Campinas), v. 11, p. 307-322, 2008.

MALERBA, J. (Org.); MILANEZ, B.; López, R. D.; Scotto, G.; Mansur, S. M.; Santos, P. S. R. Diferentes Formas de Dizer Não. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ. 2014.

Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/9420/>. Acesso em: 23 jan 2017.

MILANEZ, Bruno.; MAGNO, Lucas.; PINTO, Giffoni Raquel. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00051219>>. Acesso em: 19 set 2019.

MONTIBELLER, F. G. Espaço socioambiental e troca desigual. InterTHESIS – Revista Internacional Interdisciplinar Intertheses, UFSC, v. 1, n. 2, p.1-20, 2004. Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSam); Fundo Socioambiental CASA; Instituto Guaicuy. Jornal-Projeto Rompendo a Lama. “Rompendo a lama da violação de direitos de pessoas ameaçadas por barragens de rejeitos de mineração”. 2019.

MOVSAM – Movimento Pelas Serras E Águas De Minas. SUPPRI e COPAM utilizam estratégias arbitrárias para beneficiar mega-mineradoras que colocam em risco população e meio ambiente. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/suppri-e-copam-utilizamestrategias-arbitrarias-para-beneficiar-mega-mineradoras-que-colocam-em-risco-populacao-e-meioambiente/>>. Acesso em 19/09/2019.;

NIEDERLE; RANDOMSKY; VENDRUSCOLO; VARGAS; ARANDA; FREITAS. Estado, Desenvolvimento e Neodesenvolvimento. In: NIEDERLE; RANDOMSKY. (orgs.) Introdução as teorias de desenvolvimento. 1ª edição. 2016.

PALHA, Felipe Pimenta. Campo e rural idílicos como Falácia: minério-dependência, incompletude urbana e injustiça ambiental-hídrica em Brumadinho. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) UFMG.;

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Estudos Setoriais Integrados. 2010.;

SEMAD; FEAM. RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM nº 2.810, de 24 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=48898>. Acesso em: 22/11/2019.

SVAMPA, Maristella; ANTONELLI, Mirta A. Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales. 2ª ed. Bueno Aires: Biblos, 2010.;

ZHOURI, A. (Org.); OLIVEIRA, R; ZUCARELI, M.; VASCONCELOS, M.; LOSEKANN, C.; SANTOS, R.; MILANEZ, B.; ACSELRAD, H.; SANTOS, A.F.; FERREIRA, L.; PENNA, V.; RIGOTTO, R.; ANTUNES, H.; ALVES, E. Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1 edição. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018;

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2010, v. , p. 11-33.;

ZHOURI, A. “Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental.” Revista Brasileira de Ciências Sociais, 23(68). 2008.

Sites:

Portal Meio Ambiente/MG. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/>. Acesso em: 22/11/2019.

ISA – Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em: 22/11/2019.